

WENHUA ZONGHENG

Revista do Pensamento Chinês Contemporâneo



Junho 2026 | Vol. 4, No. 1

Construindo uma Nova Teoria do
Desenvolvimento a partir do Sul Global

Coordenação Editorial

Vijay Prashad

Tings Chak

Shiran Illanperuma

Jeff Xiong

Marco Fernandes

Grace Cao

Editores da Wenhua Zongheng

Yang Ping

Tao Qingmei

Lin Yan

Equipe de publicação

Miguel Yoshida

Inés Chen

Kelly Echiburú

Gisela Cernadas

Editorial Batalla de Ideas

Miguel Enrique Stédile

Luiz Felipe Albuquerque

Daniela Ruggeri

Amílcar Guerra

Uma colaboração entre:

文化纵横

tricontinental



Arte da capa: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Conselho Editorial

04 | A práxis do desenvolvimento no Sul Global

Qin Beichen (秦北辰), Jing Jun (景军)

10 | A formulação de uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global

Li Xiang (李响)

24 | A China e a eletrificação do Sul Global: o caso do Paquistão

Feng Chao (冯超)

40 | A Indústria da Rota da Seda: um caminho alternativo para a globalização

Wang Li (汪力)

54 | Resenha: Como o marxismo japonês moldou um economista taiwanês

A práxis do desenvolvimento no Sul Global

Vivemos em um período de transição. A ordem neoliberal que reorganizou a produção e o pensamento globais a partir da década de 1980 perdeu sua legitimidade, mesmo entre seus próprios arquitetos. O Consenso de Washington – austeridade fiscal, liberalização comercial, privatização, subordinação do Estado à “disciplina” do mercado – foi repudiado não apenas pelas estatísticas de estagnação em toda a África e América Latina, mas pelo comportamento do próprio Norte Global, que agora busca, abertamente, políticas industriais e protecionismo, ao mesmo tempo que proíbe isso ao Sul Global.

No entanto, é precisamente essa transição que torna o momento atual tão perigoso: a velha ordem se deteriora sem morrer, e a nova ordem ainda não pode nascer. O Sul Global passa por uma conjuntura em que as regras do jogo estão sendo reescritas pelas mesmas potências que as escreveram da primeira vez – só que agora com instrumentos abertamente coercitivos, desde “tarifas recíprocas” passando por novos tratados desiguais, até sanções e estratégias de decapitação.

É a partir dessa conjuntura que os quatro textos desta edição da *Wenhua Zongheng* devem ser lidos. Em conjunto, eles constituem uma contribuição chinesa emergente para a teoria e a prática da modernização no Sul Global. O fio condutor que os une não é cultural nem ideológico no sentido estrito. É nitidamente material: cada texto se ocupa da questão concreta de como os Estados constroem capacidade produtiva, garantem as condições de sua própria reprodução e resistem à subordinação a uma ordem internacional projetada para seu subdesenvolvimento permanente.

O artigo de Qin Beichen e Jing Jun, “Construindo uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global”, fornece a estrutura teórica desta edição. Eles demonstram que o Consenso de Washington nunca foi apenas um con-

junto de prescrições econômicas; foi uma formação ideológica que conseguiu confundir a liberdade do capital com a própria liberdade, deslegitimando qualquer ação estatal que ameaçasse as margens de lucro das corporações multinacionais, ao mesmo tempo que transformava as instituições internacionais — o FMI, o Banco Mundial e os mecanismos de resolução de disputas incorporados aos acordos comerciais — em armas contra as estratégias de desenvolvimento autônomo do Sul. As consequências estão documentadas com precisão: desindustrialização prematura em toda a África e América Latina, a concentração de força de trabalho em setores de serviços de baixa produtividade, o esvaziamento da capacidade estatal e o bloqueio do caminho histórico que todas as economias atualmente industrializadas de fato seguiram. Os autores insistem, com razão, que isso não foi um fracasso do neoliberalismo, mas sua conquista — o subdesenvolvimento sistemático dos países periféricos é a pré-condição, não o subproduto infeliz, da acumulação dos países do centro.

O que é especialmente valioso na contribuição de Qin e Jing é a identificação dos três obstáculos estruturais ao *catch up* pós-neoliberal: as tendências de economia de mão de obra da tecnologia digital na manufatura; o domínio oligopólico das corporações multinacionais sobre ativos intangíveis (patentes, dados, valor da marca, protocolos da cadeia de suprimentos); e a intensificação da competição geopolítica entre grandes potências que comprime o espaço político disponível para os governos do Sul. Essas não são crises separadas, mas um sistema unificado de restrições. A tarefa que eles definem para o Sul Global é, portanto, ambiciosa: não a correção dos excessos neoliberais dentro de uma estrutura existente, mas a construção de um paradigma teórico inteiramente novo, enraizado na experiência do Sul, centrado na produção e no emprego em vez da eficiência de troca, e honesto quanto ao papel constitutivo do Estado em qualquer industrialização historicamente bem-sucedida.

É precisamente essa exigência teórica — por uma explicação fundamentada e concreta de como os Estados desenvolvem as forças produtivas — que o artigo de Li Xiang, “China e a eletrificação do Sul Global: o caso do Paquistão”, tenta responder no plano prático. O Paquistão não é um estudo de caso abstrato, mas um local de diagnóstico. Aqui, a herança colonial é excepcionalmente visível: o investimento britânico em infraestrutura foi projetado de maneira explícita para conectar portos a bacias de matérias-primas, em vez de construir uma economia interna integrada. As ferrovias que fizeram da Índia Britânica a quarta

maior rede ferroviária do mundo eram corredores comerciais coloniais, não infraestrutura de desenvolvimento nacional. O Paquistão herdou essa lógica de ponto a linha, incluindo suas consequências políticas – uma rede elétrica que concentra a distribuição nas grandes cidades e centros militares, deixando as regiões periféricas mal atendidas.

A contribuição da experiência e capacidades chinesas nessa situação não é apenas eletricidade, mas a reorganização material das relações entre Estado e sociedade. Li Xiang é mais perspicaz quando distingue entre “poder despótico” e “poder infraestrutural” – o primeiro caracterizando a autoridade hierárquica de cima para baixo, o segundo a penetração em rede e negociada do Estado na sociedade no nível do lar e da aldeia. Grandes barragens e usinas hidrelétricas personificam o poder despótico; redes elétricas e, acima de tudo, sistemas fotovoltaicos distribuídos, constituem o poder infraestrutural. Painéis fotovoltaicos estão agora substituindo geradores a diesel nos assentamentos informais de Lahore, permitindo que agricultores façam os sistemas de irrigação com painéis solares e disponibilizando microrredes independentes da rede elétrica para comunidades ignoradas pelos serviços formais de eletricidade. Tal constatação não se reduz apenas à questão de energia limpa, mas diz respeito também à expansão material da capacidade do Estado a partir de baixo, à extensão do alcance infraestrutural do Estado paquistanês para espaços sociais que o colonialismo deliberadamente deixou desintegrados.

A lição estratégica aqui se generaliza de forma poderosa. A combinação de infraestrutura centralizada em grande escala (que concentra o poder do Estado e impulsiona a demanda industrial) com tecnologia distribuída de forma descentralizada (que democratiza o acesso e constrói o tecido social do desenvolvimento) oferece um modelo de duas vertentes para a construção da capacidade do Estado que se aplica diretamente às condições fragmentadas, herança colonial, de grande parte da África Subsaariana, do Sul e Sudeste Asiático e de partes da América Latina. O corredor econômico China-Paquistão é, nesta perspectiva, não apenas uma relação de investimento bilateral, mas um laboratório para um novo modo de cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, que visa explicitamente fortalecer a capacidade estatal em vez de a corroer, como as condicionalidades dos empréstimos multilaterais do Norte têm feito historicamente.

O artigo de Feng Chao, “A Indústria da Rota da Seda: um caminho alternativo para a globalização”, examina uma dimensão complementar da mesma questão: a arquitetura da produção industrial e não a infraestrutura energética. O modelo de “indústria manufatureira da Rota da Seda” que Feng propõe – empresas chinesas construindo redes de manufatura transnacionais no Vietnã por meio de investimento estrangeiro direto, transferência de tecnologia e integração da cadeia industrial – é apresentado como uma resposta à crise da desglobalização e à tentativa sistemática dos Estados Unidos de usar a hegemonia tecnológica, regimes de propriedade intelectual e barreiras tarifárias para congelar o desenvolvimento industrial da China. Essas medidas comerciais de modo algum são neutras. Elas são instrumentos de contenção hiperimperialista, concebidos para impedir o surgimento de redes de produção transnacionais que poderiam oferecer aos países do Sul uma alternativa à dependência das cadeias de valor corporativas do Norte.

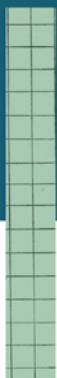
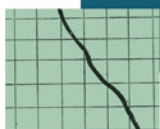
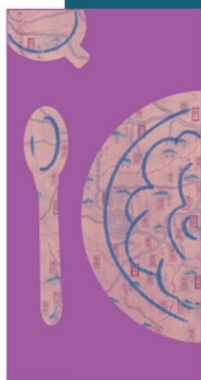
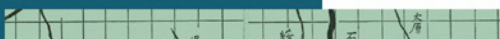
A contribuição mais significativa de Feng é o conceito de “país de origem móvel” – a ideia de que as empresas chinesas podem construir ecossistemas profundamente localizados no Vietnã (e, por extensão, em toda a ASEAN e além), alcançando genuína agregação de valor, transferência de tecnologia, desenvolvimento da força de trabalho e modernização industrial, em vez de simplesmente realocar a montagem intensiva em mão de obra para explorar a arbitragem tarifária. O argumento é que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) pode funcionar como uma estrutura para uma integração produtiva genuína, que atenda às estratégias de industrialização dos países receptores, em vez de subordiná-los às demandas de exportação do país investidor.

A questão de saber se a expansão industrial chinesa no Vietnã e em outros lugares reproduz a lógica extrativista de ondas anteriores de investimento estrangeiro, ou se transfere genuinamente capacidade produtiva e tecnológica para as economias anfitriãs, é precisamente a questão que distingue a cooperação Sul-Sul de uma nova variante de dependência. A resposta de Feng não é conclusiva, mas o quadro analítico que ele oferece — centrado na profundidade da localização, nos índices de valor agregado interno, no desenvolvimento da força de trabalho e no cultivo de *clusters* de fornecimento enraizados localmente — fornece os critérios pelos quais o caráter progressivo ou regressivo de qualquer relação de investimento específica pode ser avaliado. Para movimentos e governos em todo o Sul Global, isso é de grande valor prático.

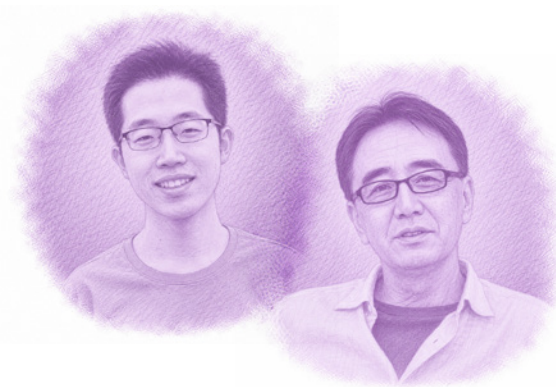
Por fim, a resenha de Wang Li sobre a biografia intelectual de Qiu Shijie sobre o economista taiwanês Liu Shinkei lança luz à profundidade histórica desses debates de maneira inesperada. A trajetória intelectual de Liu – desde as teorias marxistas japonesas da “não transição”, passando por encontros com a teoria da dependência e a análise sistema-mundo, e, por fim, de volta à teoria do desenvolvimento endógeno e ao nacionalismo econômico – não é meramente um episódio na história das ideias. É um mapa condensado dos dilemas teóricos ainda presentes no Sul Global. O que Wang Li recupera dessa trajetória é a própria tensão produtiva: a insistência de que compreender qualquer economia específica requer tanto o rigor da análise de classes interna quanto a honestidade sobre sua integração em um sistema mundial estruturalmente desigual. Nem o endogenismo nem a teoria do sistema-mundo, isoladamente, são suficientes. A síntese dialética — uma teoria de como as forças de classe endógenas interagem com as estruturas da acumulação global — continua sendo o projeto inacabado.

Em todos os textos desta edição surge um argumento convergente com crescente clareza. A construção de uma nova teoria do desenvolvimento para o Sul Global requer, simultaneamente: uma ruptura teórica com os marcos epistêmicos do Norte que naturalizam a subordinação dos Estados do Sul; o uso ativo do poder estatal para desenvolver forças produtivas, com a indústria manufatureira no centro; o uso estratégico da cooperação Sul-Sul como veículo para construir capacidade estatal, em vez de criar nova dependência; e a recuperação das tradições intelectuais do próprio Sul Global, como recursos para uma teoria do desenvolvimento genuinamente do Sul.

Os textos aqui reunidos não oferecem um programa completo. Mas apresentam as ferramentas para refletir sobre o problema em toda a sua complexidade. Independente de se a questão é a desideologização teórica da economia do desenvolvimento; se é a relação entre grandes infraestruturas e a capacidade estatal; se é as condições sob as quais a cooperação industrial transnacional contribui ou prejudica o desenvolvimento do país anfitrião, ou se a longa história do marxismo com o problema do desenvolvimento tardio — os autores desta edição estão empenhados na construção de um patrimônio teórico comum que pertence, por direito de experiência e necessidade, ao Sul Global.



A formulação de uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global



Qín Beichen (秦北辰) é doutorando no Instituto de Estudos Internacionais e Regionais da Universidade de Tsinghua. Sua pesquisa tem como foco o desenvolvimento industrial e a economia digital no Sudeste Asiático. As suas publicações foram divulgadas em revistas como *Contemporary Asia-Pacific Studies*, *Foreign Affairs Review*, *Chinese Public Administration*, *Southeast Asian Studies*, entre outras. Trabalhou como pesquisador visitante na Universidade Ateneo de Manila e pesquisador visitante na Universidade da Malásia, realizando um extenso trabalho de campo no Sudeste Asiático. Atualmente, é membro do Fórum da Juventude sobre Estudos Regionais.

Jǐng Jūn (景军) é professor de Sociologia e diretor do Centro de Investigação em Saúde Pública da Universidade de Tsinghua. Obteve o título de Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Harvard em 1994. Antes disso, foi professor titular associado na City University of New York. O seu livro *The Temple of Memories: History, Power, and Morality in a Chinese Village* [O templo das memórias: história, poder e moralidade em uma vila chinesa] foi publicado pela Stanford University Press em 1996. A sua pesquisa abrangeu a memória histórica, o reassentamento induzido por barragens, movimentos de protesto ambiental, nutrição infantil e práticas alimentares, suicídio e HIV/SIDA. Sua pesquisa atual centra-se em questões sociais e políticas na saúde pública.

As teorias do desenvolvimento não só explicam as atividades econômicas humanas, mas também as moldam, influenciando as expectativas do público e a formulação de políticas. As teorias econômicas neoliberais do Norte Global, anteriormente, dominaram as narrativas de desenvolvimento, mas as suas prescrições políticas atrasaram significativamente a modernização econômica e os esforços de *catch up*¹ do Sul Global. Nos últimos anos, os fundamentos teóricos do neoliberalismo (fundamentalismo de mercado) e seu receituário político (o Consenso de Washington) perderam credibilidade, levando o Sul Global a explorar caminhos de desenvolvimento dirigidos pelo Estado. No entanto, resumir os fracassos do neo-

¹Em português podemos traduzir *catch up* como processo de “emparelhamento”, que significa a redução do hiato (distância) de renda e de produtividade entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos/industrializados. O processo de emparelhamento é feito pelos países “atrasados” do ponto de vista industrial, e busca galgar posições melhores rumo à fronteira produtiva e tecnológica. Portanto, o país que faz “emparelhamento” acelera a sua transformação produtiva e tecnológica para reduzir a distância em relação aos países líderes, aumentando a produtividade e a renda e se aproximando da fronteira tecnológica. Neste artigo, optamos por manter o termo em inglês.

liberalismo, enfrentar os desafios pós-neoliberais e buscar alternativas continuam sendo cruciais para o *catch up* contínuo do Sul Global com relação ao Norte Global. Nesse esforço, é imperativo evitar a dependência das “teorias do Norte” e desenvolver “teorias do Sul” que estejam enraizadas nas próprias práticas e experiências do Sul Global.²

A ascensão e queda do neoliberalismo

A definição precisa do neoliberalismo é discutível, mas os seus princípios fundamentais são incontestáveis: “mais mercado (menos Estado) traz prosperidade”.³ A base do neoliberalismo reside em teorias econômicas com características fundamentalistas de mercado; estas teorias afirmam que o livre fluxo de bens, capital e trabalho produz maior eficiência e bem-estar. Em âmbito nacional, isso implica que minimizar todas as formas de intervenção estatal no mercado deve aumentar automaticamente as taxas de crescimento econômico; em âmbito internacional, o neoliberalismo postula que a globalização (maior integração econômica entre as nações) é uma estratégia vantajosa para os países do Sul Global e do Norte Global. A receita política do neoliberalismo é o Consenso de Washington, que limita o papel do Estado ao fornecimento de infraestruturas básicas, educação e proteção dos direitos de propriedade. Concretamente, as políticas econômicas internas devem priorizar a desregulamentação (reduzindo as distorções governamentais em todos os setores para permitir que o mercado e os sinais de preços funcionem de forma eficaz), enquanto as políticas econômicas externas devem se concentrar na liberalização (reduzindo as barreiras ao investimento e eliminando as barreiras tarifárias e não tarifárias ao livre comércio).

Na década de 1980, o neoliberalismo foi alçado às narrativas dominantes sobre o desenvolvimento por meio de uma aliança entre grupos empresariais dos EUA e a então marginalizada escola neoliberal. Durante a crise da dívida do Terceiro Mundo em 1982, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacio-

² As teorias do Sul geralmente adotam uma postura que varia entre a revisão ou o questionamento e a crítica ou a negação das “teorias do Norte” engendradas nos países ocidentais. Para mais detalhes, ver Jing Jun: “O que é a teoria do Sul?” [什么是南部理论?], *Sociological Review* [社会学评论], n.º 4, 2023, p. 28-52.

³ Rajesh Venugopal, “Neoliberalism as Concept” [O neoliberalismo como conceito], *Economy and Society*, vol. 44, n.º 2, 2015, p. 165-187.

nal (FMI) introduziram Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) como condições para a concessão de empréstimos, obrigando os países beneficiários a implementar austeridade fiscal, liberalização do comércio, desregulamentação econômica e privatização. Posteriormente, os PAE foram amplamente impostos em toda a Ásia e África, tornando-se efetivamente “uma campanha para reduzir o Estado” no Sul Global.⁴ Além disso, os EUA lideraram vários acordos multilaterais e bilaterais de investimento e propriedade intelectual que protegiam assimetricamente os interesses das empresas multinacionais dos EUA (e de outros países desenvolvidos) em relação às nações do Sul Global. Ao mesmo tempo, a noção de que “mais mercado (menos Estado) traz prosperidade” ganhou legitimidade ideológica como uma visão consensual. Relatórios de organizações internacionais consideraram a política industrial como ineficaz, reduzindo o sucesso da industrialização liderada pelo Estado no Leste Asiático a explicações simplistas como mercantilização ou liberalização do comércio. Em 2002, o *New York Times* chegou a declarar que “os países que abrem as suas economias e minimizam o papel do governo inevitavelmente alcançarão um crescimento econômico mais rápido e níveis de renda mais elevados”.⁵

No entanto, o neoliberalismo não conseguiu proporcionar a prosperidade que prometia. Os países do Sul Global que adotaram o receituário do Consenso de Washington — voluntariamente ou por coerção — sofreram uma volatilidade econômica acentuada, desaceleração do crescimento, aumento do desemprego e agravamento da desigualdade social. De modo mais crítico, o Sul Global não conseguiu alcançar economicamente o Norte Global sob o neoliberalismo. Desde a década de 1990, apenas algumas economias conseguiram fazer a transição para o *status* de renda elevada, enquanto a maioria dos países do Sul Global permanece presa ao *status* renda média ou baixa.⁶ Quanto ao Norte Global,

⁴ Atul Kohli, *Imperialism and the Developing World: How Britain and the United States Shaped the Global Periphery* [Imperialismo e o mundo em desenvolvimento: como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos moldaram a periferia global]. Oxford: Oxford University Press, 2019.

⁵ L. Uchitelle, “Challenging the Dogmas of Free Trade” [Desafio aos dogmas do livre comércio], *New York Times*, 9 de fevereiro de 2002.

⁶ Na verdade, o *catch up* desses países (regiões) tem pouco a ver com a ordem neoliberal de desenvolvimento global: entre eles estão a Coreia do Sul, a província de Taiwan, e a China continental, que alcançaram uma rápida industrialização liderada pelo Estado e já estavam muito próximos do limiar de renda elevada no final da década de 1990; a Polônia e a República Tcheca, que cresceram devido à integração na UE e aos efeitos de transbordamento decorrentes; e a Arábia Saudita e Omã, que colheram lucros oligopolísticos dos recursos de petróleo e gás. Entre os países presos, menos de um décimo dos países de renda média ainda têm potencial para um *catch up* (ou seja, manter a renda *per capita* estável acima de dois terços do nível limiar). No entanto, com exceção da China, esse grupo tende a cair na “armadilha da renda média”.

Estados centrais como os Estados Unidos e o Reino Unido têm perseguido agressivamente a privatização interna e a desregulamentação do mercado de trabalho desde o final do século XX. O aumento resultante na desigualdade de renda e riqueza potencializou o descontentamento social e a instabilidade política. Mas, nos últimos anos, o Norte Global testemunhou um renascimento da política industrial — evidenciado pela Lei de Redução da Inflação dos EUA e pelo uso de “tarifas recíprocas”, e pelas intervenções estratégicas da União Europeia nas indústrias de veículos elétricos e de semicondutores. Em suma, as experiências dos Estados do Norte e do Sul corroeram substancialmente os fundamentos teóricos e o apelo político do neoliberalismo.

Embora a ordem neoliberal tenha enfrentado um ceticismo crescente desde a crise financeira global, os economistas tradicionais começaram a usar o conceito de falha de mercado para justificar políticas industriais que apoiam o desenvolvimento de indústrias estratégicas (acadêmicos importantes como Joseph Stiglitz e Dani Rodrik). Esses argumentos têm atraído ampla atenção e discussão dentro da economia tradicional — um cenário que seria inimaginável na década de 1990. Em termos de prática política, os países do Sul Global começaram a explorar ativamente caminhos liderados pelo Estado e adaptados às suas realidades para o *catch up*. Muitos líderes do Sul Global rejeitaram explicitamente os acordos políticos ao estilo do Consenso de Washington e defenderam publicamente um papel ativo do Estado em áreas como distribuição de renda, investimento estrangeiro e planejamento industrial.⁷

A industrialização liderada pelo Estado continua a ser essencial

Os fracassos do neoliberalismo ressaltam que a industrialização liderada pelo Estado é indispensável para o *catch up* do Sul Global. Os mecanismos de mercado por si só não podem superar as barreiras domésticas e internacionais; governos proativos são vitais para o crescimento do setor manufatureiro. O fracasso do *catch up* na era neoliberal traz três lições centrais:

O papel insubstituível da indústria de transformação. A perspectiva pessimista para o *catch up* sob a influência do neoliberalismo decorre em grande

⁷ The Economist, “O novo presidente do Chile promete enterrar o neoliberalismo”, *The Economist*, 20 de dezembro de 2021.

parte da estagnação da indústria de transformação no Sul Global. Historicamente, a divisão econômica Norte-Sul global foi resultado de disparidades na industrialização. Esta serviu de base para a grande maioria dos *catch up* bem-sucedidos. Sob a ordem neoliberal, África e a América Latina — regiões com fraco desempenho em termos de *catch up* — são também as mais gravemente afetadas pela desindustrialização prematura. Em muitos países dessas regiões, a mão de obra acumulou-se conseqüentemente em setores de serviços de baixo nível, caracterizados por baixo valor agregado e uma elevada proporção de emprego informal, enquanto o capital foi canalizado para atividades de especulação ou rentismo em áreas como os recursos naturais, as finanças e imóveis. Essas nações podem experimentar um crescimento rápido quando os preços globais das mercadorias estão altos e as taxas de juros baixas, mas entram rapidamente em crise quando a demanda agregada nos países desenvolvidos é insuficiente ou os principais bancos centrais aumentam as taxas de juros. É esse padrão de crescimento altamente volátil que impede esses países de alcançarem uma convergência prolongada com os níveis de renda dos países industrializados.⁸ Em contrapartida, a China — o exemplo mais promissor de *catch up* nas últimas quatro décadas — caracteriza-se por um setor de indústria de transformação que tem se expandido continuamente em escala e tem se atualizado tecnologicamente. Alguns argumentam que na era da tecnologia digital, o setor de serviços pode substituir a indústria de transformação como motor do *catch up* — uma opinião aparentemente corroborada pelo rápido crescimento dos serviços em países como Índia, Filipinas, Ruanda e Quênia. No entanto, os serviços de alto valor adicionado (por exemplo, pesquisa e desenvolvimento, gestão da produção e armazenamento eletrônico) continuam intrinsecamente ligados à indústria de transformação, tornando difícil a sua expansão em grande escala de forma isolada. Além disso, não há precedentes históricos de *catch up* bem-sucedido impulsionado exclusivamente pelo setor dos serviços.⁹

⁸ Shekhar Aiyar, Romain Duval, Damien Puy, Yiqun Wu e Longmei Zhang, “Growth Slowdowns and the Middle-Income Trap” [Desaceleração de crescimento e a armadilha da renda média], *Japan and the World Economy*, vol. 48 (2018): 22–37.

⁹ Existem interpretações erradas em algumas discussões sobre a “economia de serviços”. Por exemplo, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), os países com a maior produção industrial *per capita* do mundo são a Suíça e Singapura (muitas vezes considerados economias de serviços), ambos ainda mantendo posições de liderança mundial em setores industriais como maquinaria, eletrônica, equipamentos de precisão ou produtos químicos industriais.

A necessidade de uma política industrial liderada pelo Estado. A ordem neoliberal limitou a vontade e a capacidade dos governos de apoiar o desenvolvimento industrial, levando à estagnação da industrialização no Sul Global. Na sequência das crises econômicas e financeiras, muitas nações foram obrigadas a realizar reformas ao estilo do Consenso de Washington: empresas estatais vitais foram privatizadas, os controles sobre o capital transfronteiriço e as taxas de câmbio foram levantados, as tarifas foram reduzidas e instrumentos políticos como cotas de importação ou transferências obrigatórias de tecnologia foram proibidos. Por exemplo, a taxa tarifária ponderada da Índia sobre produtos manufaturados caiu drasticamente de 42% em 1992 para 12,7% em 2005, e a liberalização econômica deu origem a empresas oligárquicas e rentistas em setores como mineração, telecomunicações e energia. Isso deixou o governo da Índia sem recursos nem vontade de fomentar continuamente o desenvolvimento de setores manufatureiros como o automobilístico e o de produtos farmacêuticos.¹⁰ No entanto, por trás de quase todos os *catch up* bem-sucedidos da história, o Estado utilizou políticas para mobilizar e orientar recursos para o setor industrial. Os países do Sul Global que carecem de uma ação estatal proativa têm sofrido de investimento insuficiente na indústria (por exemplo, devido à elevada incerteza para as empresas privadas) e de conflitos de interesses em torno da indústria de transformação (por exemplo, as elites dos setores financeiro e mineral muitas vezes obstruem o desenvolvimento industrial).

A dependência externa dificulta a modernização. A divisão internacional do trabalho dentro da ordem neoliberal baseia-se na produção fragmentada. Os países do Sul Global ficam, portanto, facilmente presos a atividades de produção de baixo valor agregado. Aqueles que participam da divisão internacional do trabalho dependem muito de produtos intermediários e de maquinário importados e são incapazes de obter o capital e a tecnologia necessários para a modernização. Por exemplo, a taxa de utilização de peças locais nas zonas de processamento de exportações da América do Sul é de apenas 3 a 9% (na República Dominicana, é de 0,0001%).¹¹ Isso ocorre pela relutância dos investidores

¹⁰ Adnan Naseemullah, *Development After Statism* [Desenvolvimento após estatização]. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

¹¹ Jostein Hauge, “Should the African Lion Learn from the Asian Tigers? A Comparative-Historical Study of FDI-Oriented Industrial Policy in Ethiopia, South Korea and Taiwan” [O leão africano deve aprender com os tigres asiáticos? Um estudo comparativo de política industrial orientada por IED na Etiópia, Coreia do Sul e Taiwan], *Third World Quarterly*, vol. 40, n.º 11 (2019): 2071–2091.

internacionais em modernizar: o seu incentivo é alocar investimentos regional ou mesmo globalmente para reduzir custos, e não têm intenção de ajudar os países do Sul Global a elevar o seu nível tecnológico. Se uma empresa de um país do Sul Global ameaça suas atividades de produção de alto valor adicionado (como pesquisa e desenvolvimento, produção de bens de capital, gestão da cadeia de abastecimento, comercialização de produtos etc.), as empresas multinacionais utilizam vários meios para limitar o potencial de modernização, tais como restringir o fornecimento de bens de capital e componentes, aumentar drasticamente os preços ou processar judicialmente por meio de mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados. Na verdade, todos os *catch up* bem-sucedidos na história basearam-se em empresas nacionais com as suas atividades de produção principais localizadas no seu próprio país. As empresas nacionais têm naturalmente o incentivo de obter lucros mais elevados por meio da modernização para atividades de produção de maior valor adicionado. Por exemplo, na Coreia do Sul, no Taipé Chinês e na China, as empresas locais em indústrias como a eletrônica participaram na produção transnacional por meio de atividades de menor valor acrescentado, ao mesmo tempo que subiram gradualmente na cadeia industrial para aumentar o valor acrescentado nacional. Ao mesmo tempo, não há nenhum caso de *catch up* alcançado exclusivamente com base em investidores estrangeiros.¹² Portanto, os governos devem fornecer de maneira ativa recursos e oportunidades às empresas nacionais para a modernização da indústria de transformação por meio de políticas industriais.

Desafios para o *catch up* na era pós-neoliberal

Os decisores políticos do Sul Global começaram a reconhecer as limitações da teoria e da prática neoliberais e passaram a promover a industrialização liderada pelo Estado. No entanto, alcançar esse objetivo na era pós-neoliberal não é fácil. Os países do Sul Global enfrentam pelo menos três obstáculos interligados: tecnologia digital, empresas oligárquicas e concorrência entre grandes potências. A interação entre esses três fatores impõe exigências extremamente elevadas aos governos do Sul Global em termos de investimento de recursos, tornando significativamente maior a dificuldade de cada país avançar de forma independente em seu *catch up*.

¹² Adnan Naseemullah, "A economia política internacional da armadilha do rendimento médio", *The Journal of Development Studies*, vol. 58, n.º 10 (2022): 2154–2171.

A tecnologia digital reduz a mão de obra absorvida pela indústria de transformação. A tecnologia na indústria de transformação tem uma clara tendência para poupar mão de obra. Por exemplo, durante o seu período de rápida industrialização, a indústria de transformação na Europa e nos EUA era responsável por aproximadamente 40% dos empregos, enquanto atualmente no Vietnã (um país com um desempenho industrial relativamente notável), é de apenas 18%.¹³ Esta tendência produzirá uma série de reações em cadeia. Historicamente, a industrialização, em geral, criou um grande número de oportunidades de emprego estáveis, cultivando assim grupos sociais que sustentavam a expansão da indústria transformadora. No entanto, o desenvolvimento da tecnologia digital está reduzindo gradualmente a dimensão deste grupo beneficiário e, conseqüentemente, aumentando a dificuldade do Estado em obter apoio para a política industrial por parte de vários grupos sociais.¹⁴ Em âmbito internacional, o apelo dos investidores por força de trabalho barata nos países do Sul Global pode ser significativamente enfraquecido, o que poderá levar a uma concorrência intensa e suprimir ainda mais o valor acrescentado que os países do Sul Global podem obter.

Além disso, a tecnologia digital aumenta o investimento necessário para a modernização. O mecanismo de aumento da produtividade da Quarta Revolução Industrial provém da interligação de vários domínios; as ilhas digitais em domínios isolados (independentemente do seu nível de avanço tecnológico) faz com que os países do Sul Global tenham dificuldade em usufruir, de fato, dos dividendos das novas tecnologias. Em outras palavras, discutir a Internet das Coisas, a inteligência artificial e a análise de big data numa economia que não criou a Internet nem popularizou os sensores não faz sentido. No entanto, a popularização dos sensores, a conectividade de rede e a formação em competências digitais num sentido geral exigem uma ação proativa por parte dos governos dos países do Sul Global. Por conseguinte, o avanço da tecnologia

¹³ Qin Beichen e Hu Shulei, "Neoliberalismo e desindustrialização prematura nos países do Sul Global" [新自由主义与全球南方国家的过早去工业化], *Beijing Cultural Review* [文化纵横], n.º 2 (2023): 28–37.

¹⁴ Dani Rodrik, "Prospects for Global Economic Convergence Under New Technologies", [Perspectivas para a convergência econômica global sob as novas tecnologias], em David Autor, Kaushik Basu, Zia Qureshi e Dani Rodrik, eds., "An Inclusive Future? Technology, New Dynamics, and Policy Challenges" [Um futuro inclusivo? Tecnologia, novas dinâmicas e desafios políticos] (Brookings, 2022).

digital torna cada vez mais urgente a tarefa de promover a interconectividade básica no Sul Global.

As empresas oligárquicas reduzem as margens de lucro dos países do Sul Global. Sob a ordem neoliberal, os governos dos países desenvolvidos, liderados pelos EUA, estavam ansiosos por assinar acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio com os países do Sul. Mas estes estabeleceram o estatuto oligopolístico ou mesmo monopolístico das empresas multinacionais. Atualmente, a receita das empresas oligárquicas dos países industrializados já é comparável ao produto interno bruto de muitos países do Sul Global; essas empresas alcançaram o domínio sobre as cadeias de valor globais por meio do *design* de produtos, padrões de fabricação, gestão de processos e logística de mercado, e assim são capazes de reduzir as margens de lucro dos países do Sul. A Apple Inc. é representativa desta tendência, pois apesar de não se dedicar a nenhuma atividade de produção, ganha 58% do valor do seu produto final, enquanto a parte ganha pelas atividades de produção intensivas em mão de obra é de apenas 1,8%.¹⁵ Na era pós-neoliberal, é muito provável que os lucros assimétricos das empresas multinacionais continuem a aumentar. Uma característica proeminente das atividades de manufatura na era digital é o aumento da densidade dos ativos intangíveis.¹⁶ Em comparação com os ativos tangíveis, as empresas multinacionais têm um monopólio ainda mais forte sobre os ativos intangíveis. Atualmente, o coeficiente de Gini das patentes detidas por diferentes países está próximo de 0,85 (ultrapassando em muito o nível de desigualdade de rendimentos em qualquer país), e a grande maioria dos centros de armazenamento de dados e quase todas as marcas registradas influentes também se localizam em países industrializados. As empresas multinacionais conseguem obter lucros excessivos graças ao seu monopólio sobre os ativos intangíveis. Por exemplo, em 2021, a receita com *royalties* de patentes dos países desenvolvidos foi superior em mais de vinte vezes com relação aos países do Sul Global, sendo de US\$ 405,5 bilhões e US\$ 20 bilhões, respectivamente. Neste contexto

¹⁵ Donald A. Clelland, “The Core of the Apple: Degrees of Monopoly and Dark Value in Global Commodity Chains”, *Journal of World-Systems Research*, vol. 20, n.º 1 (2014): 82–111.

¹⁶ Os ativos intangíveis referem-se a recursos não físicos baseados no conhecimento que abrangem: (1) propriedades intelectuais que agregam valor (por exemplo, patentes, direitos autorais, segredos comerciais), (2) conhecimento incorporado em sistemas de informação digitais (por exemplo, conjuntos de dados, algoritmos de software) e (3) conhecimento operacional institucionalizado em práticas comerciais (por exemplo, protocolos da cadeia de abastecimento, gestão do valor da marca).

de oligopólio das empresas multinacionais, é muito difícil para os países do Sul Global desenvolverem o seu setor industrial.

A geopolítica aumenta a incerteza do *catch up*. Em primeiro lugar, a competição entre grandes potências cria o risco de uma maior “modularização” da economia mundial, ou seja, a divisão do mundo em diferentes módulos de ideologia, normas técnicas, sistemas de pagamento, moedas de reserva e sistemas comerciais. Esta divisão significa que os países do Sul Global podem ter de adquirir bens intermediários e de capital a preços mais elevados e, ao mesmo tempo, ter mais dificuldade em acessar os mercados a jusante para apoiar a sua produção interna. Estas condições adversas exigem mais apoio governamental (por exemplo, por meio da subvenção das importações de maquinaria e das exportações de produtos). Em segundo lugar, a probabilidade de turbulência econômica e financeira aumentou consideravelmente. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções que se seguiram provocaram um aumento repentino de 37% nos preços globais do trigo no primeiro semestre de 2022, desencadeando crises alimentares em alguns países do Norte de África e do Sul da Ásia.¹⁷ Entretanto, as sanções administrativas relacionadas com o comércio aumentaram de menos de mil em 2019 para quase três mil em 2022.¹⁸ Tais fatos exigem que o Estado tenha reservas financeiras suficientes para evitar o colapso da economia doméstica. Estas incertezas reduzem o volume de recursos que os Estados do Sul podem investir no desenvolvimento da indústria de transformação, porque mais recursos devem ser reservados para responder a choques externos. Em terceiro lugar, embora haja opiniões de que a “desvinculação” e a “redução do risco” possam trazer oportunidades de transferência industrial para alguns países do Sul Global, essas transferências ainda se concentram em atividades de produção intensivas em mão de obra. O crescimento do comércio dos países do Sul Global com os EUA já provocou ações hostis da administração Trump; em outras palavras, os benefícios que a transferência industrial pode trazer também podem ser relativamente limitados.¹⁹

¹⁷ APost, “Wheat, Corn Prices Surge Deepening Consumer Pain” [A alta nos preços do trigo e do milho agrava o sofrimento dos consumidores], *Al Jazeera*, março de 2022.

¹⁸ Kristalina Georgieva, “The Price of Fragmentation: Why the Global Economy Isn’t Ready for the Shocks Ahead” [O preço da fragmentação: por que a economia global não está preparada para os choques que se aviznam], *Foreign Affairs*, setembro/outubro de 2023.

¹⁹ Qin Beichen e Wang Yong, “Transferência industrial da China para o Sudeste Asiático no contexto da desconexão entre os EUA e a China” [中美脱钩背景下的中国—东南亚产业转移], *Journal of Boundary and Ocean Studies* [边界与海洋研究], n.º 3 (2025): 3 – 26.

Rumo a uma teoria do Sul Global sobre a modernização econômica

Como observa o economista Dani Rodrik, “hoje estamos no meio de uma transição nos distanciando do neoliberalismo, mas o que o substituirá é altamente incerto”.²⁰ A narrativa neoliberal simplista de que “mais mercado (menos Estado) traz prosperidade” não tem mais o mesmo apelo e credibilidade no Sul Global, mas uma nova teoria ainda não amadureceu. Para alcançar o *catch up* na era pós-neoliberal, o Sul Global deve evitar a confiança acrítica e a adoção generalizada das teorias econômicas do Norte Global. É imperativo formular uma teoria do Sul Global sobre a modernização econômica baseada nas práticas e na sabedoria do próprio Sul Global.²¹ A experiência da China — um membro do Sul Global com o recorde mais rápido de *catch up* — pode servir como um ponto de referência crucial. Especificamente, tal investigação deve envolver pelo menos três dimensões de esforço.

Em primeiro lugar, é imperativo defender a desideologização da teoria do desenvolvimento. A evolução das ciências sociais nos Estados Unidos sempre esteve profundamente entrelaçada com os valores sociais do individualismo, liberalismo e universalismo.²² Os defensores e beneficiários da ordem neoliberal conseguiram combinar com sucesso os seus fundamentos teóricos com esses valores sociais. Consequentemente, aqueles que se opõem ao livre comércio, ao livre investimento ou aos livres mercados são normalmente considerados porta-vozes de interesses rentistas ou hereges que se desviam da ortodoxia. No entanto, como Karl Polanyi argumentou de forma célebre, “o *laissez-faire* foi algo planejado”.²³ A “liberdade” nessas teorias refere-se apenas à liberdade irrestrita dos capitalistas no comércio, no investimento e nas transações; por outro lado, implica uma restrição às liberdades dos trabalhadores e dos povos em geral do Sul Global. Por exemplo, a livre circulação do capital é, na prática, alcançada por meio da restrição das liberdades de inúmeros outros atores,

²⁰ Dani Rodrik, “The New Productivism Paradigm?” [O novo paradigma do produtivismo?], *Project Syndicate*, vol. 5, n.º 7 (2022): 1–3.

²¹ Para práticas mais sistemáticas relativas à exploração e discussão da Teoria do Sul, consulte Jing Jun e Gao Liangmin (eds.), *Teoria do Sul: A Contribuição do Outro para o Pensamento das Ciências Humanas e Sociais* [南部理论: 人文社科思想的他者建树] (China Social Sciences Press, 2024).

²² Dorothy Ross, *The Origins of American Social Science* [As origens das Ciências Sociais estadunidense]. Cambridge University Press, 1991.

²³ Karl Polanyi, *The Great Transformation* [A grande transformação]. Farrar & Rinehart, 1944, 147.

como os trabalhadores.²⁴ Da mesma forma, a redução das barreiras ao comércio e ao investimento restringe efetivamente a liberdade dos países do Sul Global em formular políticas econômicas adequadas aos seus próprios contextos nacionais.²⁵ Portanto, a pesquisa teórica sobre o *catch up* deve ser desvinculada de elementos ideológicos específicos dos EUA. Em vez disso, a investigação deve basear-se numa análise científica das experiências históricas relevantes, particularmente a industrialização liderada pelo Estado na China e em outras economias do Leste Asiático.

Em segundo lugar, a pesquisa deve ter como foco questões de produção e emprego. Desde a década de 1970, a economia ocidental dominante tem se centrado cada vez mais na eficiência do intercâmbio e tem construído teorias sobre os fundamentos microeconômicos da maximização da utilidade do consumidor. Ao fazê-lo, negligenciou as diferenças intrínsecas entre as atividades de produção, para além das proporções necessárias dos fatores de produção.²⁶ Embora esse foco tenha sido valioso para repensar as ineficiências de algumas estratégias de substituição de importações, ele foi instrumentalizado pelos defensores e beneficiários do neoliberalismo para ignorar a produção e o emprego. Por exemplo, a privatização rápida ou a disciplina fiscal rigorosa poderiam causar desemprego em larga escala no curto prazo (ao mesmo tempo que beneficiariam os credores nos países desenvolvidos), mas tais iniciativas políticas foram implementadas com sucesso em nome da eficiência. Da mesma forma, no comércio internacional, o foco nas exportações de *commodities* e na produção com mão de obra intensiva poderia levar os países do Sul Global a perder sua base industrial existente e a enfrentar dificuldades com a modernização tecnológica na manufatura (uma situação que beneficia as empresas multinacionais sediadas em países industrializados). Uma interpretação mecanicista da teoria das vantagens comparativas conferiu a essas políticas a legitimidade de “aumentar a eficiência comercial”. Em contrapartida, a China, ao longo do seu processo de reforma, tem se concentrado consistentemente na expansão da

²⁴ Isto porque a liberdade dos capitalistas de transferir o seu capital entre países ou regiões só pode ser alcançada com a premissa de que despedir funcionários num determinado local não acarreta custos adicionais proibitivos.

²⁵ Um exemplo proeminente dessa contradição é o processo de integração europeia, que, sob a bandeira do “livre fluxo de recursos”, privou até mesmo os Estados-membros do mercado comum da liberdade de decidir o comprimento das suas baguetes. Ver Joseph E. Stiglitz, *O euro: como uma moeda comum ameaça o futuro da Europa* (W. W. Norton & Company, 2016).

²⁶ Alice H. Amsden, “Bringing Production Back In – Understanding Government’s Economic Role in Late Industrialisation”, *World Development*, vol. 25, n.º 4 (1997): 469–480.

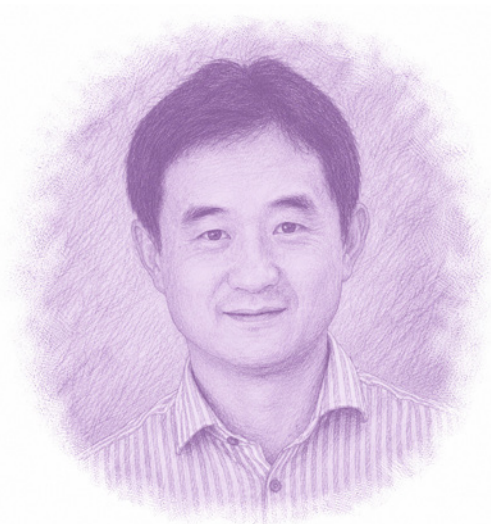
escala e sofisticação tecnológica do seu setor manufatureiro e sempre colocou o emprego no centro da sua formulação de políticas. Se for possível desenvolver um novo arcabouço teórico centrado na produção e no emprego com base na experiência chinesa, isso seria, sem dúvida, mais propício para estabelecer a legitimidade das ações dos países do Sul Global para apoiar os seus setores manufatureiros nacionais.

Em terceiro lugar, o papel do Estado deve ser reavaliado e sujeito a uma investigação sistemática. O paradigma de investigação da economia ocidental dominante concebe o mercado como uma esfera totalmente separada da sociedade, governada pelas suas próprias leis inerentes e insusceptível à interferência do governo ou de outros grupos sociais. Dentro deste quadro, a intervenção de fatores não mercadológicos é apresentada como a principal razão pela qual a eficiência é limitada e a “mão invisível” não funciona. Consequentemente, o Estado é tipicamente percebido como um impedimento ao desenvolvimento e apresenta-se um governo limitado como uma direção universalmente benéfica para a reforma.²⁷ No entanto, nos países do Sul Global, onde as instituições de mercado ainda não estão consolidadas, restringir a ação do Estado tende a gerar uma série de problemas como o surgimento de monopólios oligárquicos, a erosão da base industrial e a prevalência de atividades ilícitas. Por exemplo, durante a fase inicial da sua reforma e abertura, a China não seguiu o modelo de “governo limitado” prescrito pela teoria dominante. Em vez disso, aproveitou as suas vantagens institucionais existentes, mobilizando a proatividade do funcionalismo público em todos os níveis para se envolverem em atividades de promoção de investimentos.²⁸ Embora tal arranjo institucional fosse proibido pela corrente dominante, ele alcançou um desempenho muito superior ao dos países da Europa Oriental que empreenderam reformas para limitar o governo. Na realidade, o mercado perfeito do paradigma dominante pode nem existir; as atividades de mercado estão necessariamente inseridas nas relações sociais e não podem operar independentemente delas. A questão mais significativa, portanto, não é “se o governo”, mas “que tipo de governo”. Abandonar noções preconcebidas sobre o papel do Estado e envolver-se numa discussão sistemática sobre a sua função no desenvolvimento econômico é produtivo para a reorientação teórica.

²⁷ De fato, após o fracasso das reformas mais radicais do “Consenso de Washington”, as organizações internacionais representadas pelo Banco Mundial passaram a acreditar que um ambiente institucional retrógrado (ou “má governação”) era a chave para a incapacidade dos países do Sul de beneficiarem dessas reformas. Ver M. Doornbos, “Good Governance: The Rise and Decline of a Policy Metaphor?” [*Boa governação: ascensão e declínio de uma metáfora política?*], *Journal of Development Studies*, vol. 37, n.º 6, 2001, 93–108.

²⁸ Yuen Yuen Ang, *How China Escaped the Poverty Trap*, (Cornell University Press, 2018).

A China e a eletrificação do Sul Global: o caso do Paquistão



Li Xiang (李响) é membro da Academia de Governança Global e Estudos Regionais de Xangai da Universidade Internacional de Estudos de Xangai e do Instituto de Estudos Mediterrâneos da Universidade Internacional de Estudos de Zhejiang. Ele trabalhou em vários meios de comunicação chineses e fez reportagens sobre desenvolvimento regional, com foco em questões de desenvolvimento no Sul Global.

Em maio de 2025, o Paquistão e a Índia passaram por um dos conflitos regionais mais intensos deste século.¹ A Índia respondeu suspendendo o Tratado das Águas do Indo (IWT, na sigla em inglês), vigente há 65 anos. O IWT foi assinado em 1960, após nove anos de negociações. Mediado pelo Banco Mundial, o tratado é considerado um exemplo bem-sucedido de mediação internacional durante a Guerra Fria. O então presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, chamou-o de “um ponto positivo em uma situação mundial desanimadora”.

A decisão recente da Índia de suspender o IWT trouxe novas crises às relações indo-paquistanesas. Além dos apelos diplomáticos, que medidas concretas um país relativamente desfavorecido como o Paquistão pode tomar? A gestão do rio é uma parte essencial

¹ Nota do editor: em abril de 2025 um ataque terrorista na região de Jammu e Caxemira, sob jurisdição indiana, resultou na morte de 26 civis. Como resposta, a Índia lançou a Operação Sindoor, com um ataque de mísseis no Paquistão.

da construção nacional de qualquer Estado moderno. Se a Índia aproveitar a sua vantagem geográfica para desenvolver o rio Indo, como o Paquistão deveria responder?²

O rio Indo nasce em Xizang (Tibete), na China, e deságua no mar através do Paquistão. Embora o nome “Índia” venha do rio Indo, a bacia principal do rio fica nas atuais províncias paquistanesas de Punjab e Sindh. De acordo com o IWT, a Índia controla os três rios a leste, enquanto o Paquistão controla os três rios a oeste. O Paquistão paga taxas de gestão à Índia e esta garante os direitos hídricos àquele sobre os três rios ocidentais. O Paquistão recebe 80% do escoamento anual dos principais afluentes do rio Indo, enquanto a Índia recebe 20%. O tratado reconhece o direito da Índia de desenvolver energia hidrelétrica nos três rios ocidentais, mas restringe-o a usinas hidrelétricas a fio d’água para garantir o abastecimento de água a jusante para o Paquistão.

O IWT não é apenas um acordo de alocação de direitos hídricos, mas também um pacto cooperativo internacional para o desenvolvimento fluvial. Após o acordo ter sido celebrado em 1960, o Banco Mundial coordenou um consórcio internacional — incluindo os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a Austrália — que forneceu ao Paquistão aproximadamente US\$ 895 milhões em ajuda para apoiar a construção de instalações de irrigação. Estas incluíram a Barragem de Tarbela, a de Mangla e um sistema de canais de ligação. A Índia, por outro lado, utilizou fundos nacionais para desenvolver os seus rios orientais.³

Como símbolo da mediação bem-sucedida entre os dois países, o tratado permaneceu inabalável durante os conflitos indo-paquistaneses subsequentes. No entanto, seis décadas depois, a situação regional mudou drasticamente — o volume do rio Indo diminuiu devido às mudanças climáticas, enquanto a população na parte superior do rio aumentou. Além disso, o desequilíbrio de poder entre a Índia e o Paquistão tornou-se mais pronunciado. Quando o tratado foi assinado, ambos os países acabavam de conquistar a independência e podiam aceitar o desenvolvimento cooperativo sob os auspícios de organizações in-

² Departamento de Estado dos EUA, *Foreign Relations of the United States, 1958–1960, South and Southeast Asia, Vol. XV [Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1958–1960, Sul e Sudeste Asiático]*, Vol. XV, Imprensa Oficial do Governo dos EUA (1992).

³ Índia e Paquistão (1960). *The Indus Waters Treaty* [Tratado das Águas do Indo] (IWT, na sigla em inglês).

ternacionais. Mas, nos últimos 30 anos, o rápido crescimento econômico da Índia ampliou a diferença entre os dois países — o Produto Interno Bruto do Paquistão é apenas um décimo do da Índia. Esse país tem buscado ativamente alterar o tratado, seja pela necessidade de seu próprio desenvolvimento econômico, seja pela busca, de longa data, pelo domínio regional. Desde 2009, a Índia reiteradamente propõe a alteração do tratado e tem adotado uma postura cada vez mais dura.⁴ O recente ataque na Caxemira administrada pela Índia e o subsequente conflito indo-paquistanês apenas forneceram um pretexto para uma ação direta. O desenvolvimento do rio Indo está entrando em uma nova fase, independentemente de como as duas partes negociarem.

Do modelo Tennessee ao Três Gargantas

Diante de uma Índia assertiva, o Paquistão deve ajustar sua estratégia e desenvolver seus rios de forma independente. Na década de 1960, os projetos de desenvolvimento do rio Indo financiados pelo Banco Mundial se concentraram na irrigação para estabilizar o recém-criado Estado paquistanês. No entanto, o desafio crítico para o Paquistão de hoje é desenvolver seus rios para atender à urbanização, industrialização e modernização geral.

Para uma nação moderna, gerir os rios é gerir a nação; desenvolver rios é desenvolver o país. O exemplo mais típico é o projeto de desenvolvimento do Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, durante a década de 1930. Na época, o governo Roosevelt construiu usinas hidrelétricas em cascata no rio Tennessee e criou a Autoridade do Vale do Tennessee (TVA, na sigla em inglês) para gerir diretamente toda a infraestrutura hídrica da bacia hidrográfica, transformando a região na área econômica de mais rápido crescimento nos Estados Unidos. O diretor da TVA, David Lilienthal, resumiu a missão da autoridade da seguinte maneira: “fazer o rio servir ao povo”.⁵ Posteriormente, ele coordenou e promoveu o IWT, e os esforços de desenvolvimento do rio Indo pela Índia e pelo Paquistão foram modelados com base na experiência do Tennessee.

⁴ Sadaf Taimur, “India, Pakistan, and the Coming Climate-Induced Scramble for Water” [Índia, Paquistão e a futura disputa pela água induzida pelo clima], *Salzburg Global* (15 de outubro de 2020).

⁵ David Lilienthal, *Democracia em Marcha: A história da autoridade do vale do Tennessee* 《民主与大坝：美国田纳西河流域管理局实录》, (Shanghai Academy of Social Sciences Press, 2016, p. 9).

Projetos de conservação de água em grande escala podem melhorar de forma abrangente a capacidade do Estado, o que é crucial para um país com uma débil base de infraestrutura como o Paquistão. As conquistas da conservação da água são evidentes no Paquistão: a área metropolitana de Lahore é cercada por um estreito canal de irrigação, e a província de Punjab tem oito canais semelhantes, formando a famosa Iniciativa Paquistão Verde. Esses canais, com um comprimento total de 622 quilômetros, 400 estruturas auxiliares e uma capacidade total de fornecimento de água de 300 metros cúbicos por segundo, irrigam 4,94 milhões de acres de terra.

Os canais contribuíram para a base agrícola do Paquistão, demonstrando o valor do modelo do Tennessee. Mas as necessidades do Paquistão evoluíram da irrigação para a energia — especificamente, eletricidade. De acordo com um relatório de 2022 Three Gorges Corporation (CTG) [Corporação Três Gargantas], da China, o consumo de eletricidade *per capita* do Paquistão no ano fiscal de 2020–2021 foi de 584 quilowatts-hora — um dos mais baixos do mundo. É importante destacar que 24% da população do Paquistão ainda não tem acesso à eletricidade. Mesmo na icônica fronteira de Wagah, em Lahore, onde acontece a famosa cerimônia diária Beating Retreat [Retirada], o banheiro da alfândega não tem energia elétrica e tem apenas uma torneira funcionando.

Aumentar o fornecimento de energia hidrelétrica tornou-se uma prioridade no desenvolvimento do rio no Paquistão. Na década de 1930, a TVA ficou famosa por aumentar significativamente o fornecimento de eletricidade aos estados agrícolas centrais dos Estados Unidos, impulsionando assim o desenvolvimento industrial na bacia. Neste século, o projeto da Barragem das Três Gargantas da China é, de longe, o estudo de caso mais exemplar. Desde que a primeira unidade começou a gerar eletricidade em 2003, a Barragem das Três Gargantas produziu cumulativamente mais de 1,7 trilhão de quilowatts-hora de eletricidade, estabelecendo um recorde mundial de 111,8 bilhões de quilowatts-hora de energia limpa produzida em um único ano, em 2020.

A experiência e as capacidades da CTG estão em sintonia com as necessidades do Paquistão para o desenvolvimento do rio Indo. A Usina Hidrelétrica de Karot, desenvolvida sob a liderança da CTG, tornou-se o primeiro projeto financiado pelo Fundo da Rota da Seda e uma das principais iniciativas do Corredor

Econômico China-Paquistão (CPEC). De acordo com o plano, a CTG realizará o desenvolvimento em cascata do rio Jhelum, um dos três rios ocidentais. De sul a norte, serão construídas três usinas hidrelétricas: Karot, Mar e Kahala. A Usina Hidrelétrica de Karot, agora concluída, é a quinta maior do Paquistão, com uma barragem principal de 95,5 metros de altura, capacidade instalada de 720 megawatts e produção mensal máxima de 400 milhões de quilowatts-hora durante a estação chuvosa — capaz de fornecer eletricidade para cinco milhões de pessoas.

Reorganizando as relações sociais por meio do desenvolvimento fluvial

Projetos de infraestrutura em grande escala, como usinas hidrelétricas, exigem investimentos substanciais e gestão de longo prazo. Fatores humanos são tão críticos quanto o momento favorável e as condições geográficas para projetos hidrelétricos transnacionais. Isso requer tanto treinamento de pessoal quanto reestruturação organizacional.

O Paquistão tem uma população de 240 milhões de pessoas e uma longa tradição de trabalho agrícola. No entanto, o país ainda não aproveitou plenamente sua oferta de força de trabalho. Os trabalhadores paquistaneses estão espalhados por todo o mundo; estatísticas oficiais mostram que, em 2024-2025, um milhão de paquistaneses deixaram o país para trabalhar no exterior. Muitos paquistaneses acreditam que há poucas oportunidades de emprego em seu próprio país. A sociedade tradicional, enraizada no parentesco, nos laços comunitários e na etnia, possui fortes unidades sociais e econômicas dominadas por clãs ou grupos étnicos específicos. Dentro dessa estrutura, ingressar nas Forças Armadas (ou herdar um negócio familiar) era a única maneira de se libertar dos limites relativos à tradição.

Nesse contexto social, as usinas hidrelétricas podem oferecer novas oportunidades. A construção de projetos de infraestrutura em grande escala requer uma espécie de centralização do poder. Esse processo exige a integração de setores sociais, a seleção de talentos em todas as camadas e o estabelecimento de organizações com mobilidade. Simultaneamente, o desenvolvimento hidrelétrico da CTG no Paquistão — desde a construção de barragens até a operação e

gestão — envolve um treinamento abrangente da força de trabalho, que gradualmente alinha a ética de trabalho agrícola dos trabalhadores locais com a ética de trabalho industrial moderna.

Primeiro, o desenvolvimento de recursos humanos da CTG no Paquistão rompe as barreiras geográficas, proporcionando amplas oportunidades de emprego. Na filial paquistanesa da Three Gorges Asia-Africa Company [Companhia Três Gargantas Ásia-África], mais da metade dos funcionários são paquistaneses, enquanto o escritório de Islamabad é inteiramente composto por funcionários locais. O Paquistão é frequentemente visto como uma nação dominada pelos punjabis, mas os funcionários da Três Gargantas vêm de todas as regiões: Punjab, Sindh, Peshawar e até mesmo da Caxemira administrada pelo Paquistão.

Em segundo lugar, a formação da força de trabalho rompe os monopólios profissionais baseados em parentesco, cultivando uma nova geração de profissionais, alguns dos quais recebem treinamento na China e são contratados por empresas de energia chinesas que operam no Paquistão.

Em terceiro lugar, a formação traz oportunidades de emprego para as mulheres. Devido às tendências patriarcais e religiosamente conservadoras, as mulheres paquistanesas têm poucas oportunidades de emprego, apesar dos níveis de educação relativamente altos. A CTG, por meio de seus padrões de contratação baseados na justiça e na inclusão, recruta funcionárias e treina engenheiras seniores.

Do desenvolvimento de recursos humanos à reestruturação organizacional, os investimentos da CTG no Paquistão criaram condições para que os talentos paquistaneses contribuíssem para o desenvolvimento do país. A importância dessa contribuição vai além da geração de eletricidade.

A infraestrutura como forma de poder nacional

O sociólogo norte-americano Charles Tilly resumiu a modernização europeia pela lente da guerra, afirmando que “a guerra faz o Estado, e o Estado faz a

guerra”.⁶ Do ponto de vista da sociologia histórica, a guerra pode tanto construir o “poder despótico” de um Estado como desenvolver profundamente o seu “poder infraestrutural”. Para as nações ocidentais, a guerra foi o caminho para a construção de Estados-nação e para a modernização, que aumentou rápida e eficazmente o poder do Estado. No entanto, existem contradições entre o poder despótico e o poder infraestrutural — o primeiro enfatiza estruturas burocráticas hierárquicas e autoridade de cima para baixo, enquanto o segundo enfatiza a interação, a negociação e a integração entre o Estado e a sociedade, exigindo um sistema de poder em rede. Para os primeiros Estados-nação europeus, a guerra impulsionou o crescimento de ambos os sistemas de poder, tornando-a um caminho conveniente para a construção nacional.

Os países subdesenvolvidos do Sul Global devem rejeitar o caminho europeu devido a ambientes internacionais fundamentalmente diferentes. Portanto, projetos de infraestrutura nacional em grande escala, como transporte, conservação de água e eletricidade, tornaram-se os principais meios para os países subdesenvolvidos construírem o poder estatal. A infraestrutura nacional pode estabelecer conexões diretas entre os governos centrais e as autoridades locais, promovendo redes sociais por meio do acesso universal e criando laços sociais coesos para equilibrar os dois tipos de poder. Por exemplo, a construção da rodovia Seul-Pusan pelo governo sul-coreano na década de 1960 tornou-se o ponto de partida para a decolagem econômica e foi fundamental para a rápida modernização.

A infraestrutura elétrica tem um impacto muito maior do que as estradas. Isso porque, enquanto as rodovias conectam regiões, ligando cidades centrais a cidades secundárias e áreas rurais, a eletricidade conecta residências individuais. O controle centralizado e a distribuição descentralizada da geração e transmissão de energia também se alinham com os requisitos duplos do poder despótico e infraestrutural. O ciclo de produção e cobrança de eletricidade, sendo tanto uma mercadoria energética quanto um bem público, reflete a transformação dinâmica do poder estatal para a capacidade estatal.

⁶ Charles Tilly, ‘War Making and State Making as Organized Crime’ [Construção da guerra e construção do Estado como crime organizado]. In: *Bringing the State Back In*, ed. Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol. Cambridge University Press, 1985.

No entanto, a distribuição espacial desigual da infraestrutura e os benefícios desiguais resultantes podem criar crises de legitimidade. O filósofo marxista francês Henri Lefebvre sintetizou esse fenômeno como a ligação do poder estatal ao espaço, enfatizando que o Estado molda as relações sociais dentro dos espaços, com estes formando a base do poder estatal.⁷ Em termos de fornecimento de eletricidade, a produção desta representa o ponto de partida do poder estatal, enquanto o acesso à eletricidade representa o ponto final e a realização do poder estatal. A falta de coordenação entre a produção e o acesso pode levar a lutas pelo poder.

O Paquistão tem uma forma retangular, estendendo-se de norte a sul e estreitando-se de leste a oeste. O norte, dotado de montanhas e rios, é ideal para o desenvolvimento da energia hidrelétrica. O sul — com vastas planícies, vales e desertos — possui ricas reservas de carvão adequadas para a energia térmica. Durante o domínio colonial britânico, dois centros de fornecimento de eletricidade foram construídos no norte e no sul do Paquistão. A principal rede elétrica e a maioria das linhas de transmissão e distribuição no Paquistão são operadas e gerenciadas pela National Transmission & Despatch Company (NTDC). Na cidade de Karachi, no sul, e em suas áreas circundantes, o fornecimento de energia é operado de forma independente pela Karachi Electric Supply Company. Além disso, a NTDC estabeleceu várias empresas de distribuição regionais em todo o país para transmitir eletricidade localmente. O Paquistão depende de uma única linha de transmissão norte-sul, enquanto a construção de linhas secundárias e alimentadoras depende inteiramente da capacidade local. Consequentemente, as grandes cidades com mais recursos têm melhores redes de distribuição, enquanto esta continua inadequada em áreas remotas ou subdesenvolvidas.

Apesar das disparidades regionais significativas, a política nacional do Paquistão segue o princípio da equidade e uniformidade no consumo de eletricidade. A política de eletricidade do Paquistão baseia-se em dois princípios fundamentais: primeiro, a política de “geração conjunta”, que garante que todas as províncias compartilhem os recursos de geração de energia do país; e, segundo, a política de “tarifa uniforme”, que exige que os consumidores em todo o

⁷ Majed Akhter, 'Infrastructure Nation State Space, Hegemony, and Hydraulic Regionalism in Pakistan' [Infraestrutura, Estado-nação, espaço, hegemonia e regionalismo hidráulico no Paquistão], *Antipode* 47, n. 4, 2015, p. 849-870.

país paguem a mesma tarifa de eletricidade. Para facilitar o compartilhamento de eletricidade, o Paquistão introduziu empresas privadas de fornecimento de energia encarregadas de transmitir eletricidade para regiões e grupos específicos. Ao mesmo tempo, o governo paquistanês introduziu um subsídio tarifário diferencial para certas regiões e grupos, a fim de manter a tarifa uniforme, o que acabou levando a um enorme *déficit* fiscal.⁸ Tomando como exemplo o ano fiscal de 2010-2011, o governo federal concedeu subsídios no valor de 259 bilhões de rúpias paquistanesas (aproximadamente 3 bilhões de dólares americanos à taxa de câmbio de 2011) ao setor de energia, excedendo 10% do orçamento federal total do Paquistão.⁹

O fracasso em alcançar o acesso universal à eletricidade não só colocou uma pressão imensa nas finanças nacionais do Paquistão, como também transformou os projetos de infraestrutura pública em pontos focais de conflitos regionais e étnicos. Por exemplo, o confronto prolongado entre Sindh e Punjab teve origem na construção da Barragem de Tarbela em 1974, marcando o surgimento de um declarado regionalismo no Paquistão.

Os desafios da capacidade estatal do Paquistão

As lições da China para o Paquistão vão além da geração de eletricidade. A China construiu a maior rede elétrica do mundo, centrada na Barragem das Três Gargantas. Especialistas paquistaneses observaram que a expertise em redes elétricas é o maior trunfo da CTG, já que a maioria das empresas de geração de energia raramente se envolve na construção de redes.

Considerando a natureza relativamente controlável dos recursos hidrelétricos, os equipamentos eletromecânicos flexíveis e a topologia simples da rede, as usinas hidrelétricas apresentam vantagens como centros de rede. Com o desenvolvimento do CPEC, o Paquistão construiu várias usinas hidrelétricas e implementou o desenvolvimento em cascata em vários rios da bacia do rio Indo. Consequentemente, a rede de transmissão e distribuição deve ser aprimorada

⁸ Ijlal Naqvi, *Access to Power: Electricity and the Infrastructural State in Pakistan* [Acesso ao poder: eletricidade e o Estado infraestrutural no Paquistão]. Oxford University Press, 2022, p. 30-31, 2, 78.

⁹ *Ibid.*

para evitar desafios na venda de eletricidade. Se a construção de instalações hidrelétricas de grande escala representa a concentração de recursos para realizar tarefas importantes, então transitar da construção de usinas elétricas para a construção de rede elétrica é um processo de mudança do macro para o micro e de conexão com as unidades locais.

O poder estatal incorporado na infraestrutura elétrica tem os dois atributos discutidos anteriormente: grandes barragens e usinas hidrelétricas exibem poder despótico, enquanto as redes constituem poder infraestrutural. O domínio colonial britânico no subcontinente concentrou-se em estabelecer sistemas de poder despótico, minimizando os investimentos em poder infraestrutural, a fim de preservar as estruturas sociais tradicionais. Em 1853, a Índia britânica havia construído uma linha ferroviária experimental de aproximadamente 32 km, que se expandiu para aproximadamente 72 mil km em 1947, tornando-se o quarto maior sistema ferroviário do mundo na época. No entanto, 70% das ferrovias da Índia britânica conectavam portos a áreas de produção de matérias-primas no interior — essencialmente corredores comerciais coloniais — em vez de formar uma rede nacional interconectada.¹⁰ Essa infraestrutura ponto a ponto exemplifica a estrutura de poder da Índia Britânica. Semelhante às ferrovias da Índia, as primeiras instalações de energia do Paquistão estavam concentradas em grandes cidades como Karachi e Lahore, bem como em fortalezas militares como Rawalpindi, formando as conexões ponto a linha que definem a rede elétrica do Paquistão. Este país herdou o sistema energético das autoridades coloniais britânicas e suas características de infraestrutura energética não padronizadas. Desde a sua fundação, o Paquistão cooptou as elites locais e reconheceu suas redes de poder tradicionais. Quanto às relações de clientelismo difundidas na sociedade paquistanesa, a abordagem tem sido em grande parte de assimilação, em vez de reforma.

Como mencionado anteriormente, embora os subsídios à eletricidade do Paquistão sejam substanciais, o país também sofre com perdas extremas de energia. Entre 2005 e 2015, a perda média de transmissão e distribuição na rede elétrica do Paquistão chegou a 20,84%, em comparação com um padrão internacional de apenas 7% durante o mesmo período.¹¹ De acordo com estudos do

¹⁰ Latika Chaudhary, Bishnupriya Gupta et al., *A New Economic History of Colonial India*. [Uma nova história econômica da Índia colonial. Routledge Press, 2016, p.141–144, 27.

¹¹ Ibid.

CTG, 50% do consumo de eletricidade do Paquistão é atribuído a perdas não técnicas (roubo de eletricidade), enquanto outras pesquisas estimam que esse número está entre 30% e 40%. Isso prejudica gravemente a receita das empresas locais de geração de energia. De acordo com cálculos do CTG, a maior taxa de cobrança de contas de eletricidade no Paquistão é de apenas 85%.

Essas taxas de roubo devem ser vistas como questões estruturais, e não como falhas regulatórias. O historiador tecnológico estadunidense Thomas Parke Hughes esquematizou a expansão dos sistemas elétricos de 1880 a 1930 em cinco etapas: invenção, transferência de tecnologia, crescimento do sistema, impulso substancial e planejamento e transformação.¹² Cada etapa é liderada por diferentes atores — por exemplo, as três primeiras foram impulsionadas por inventores, engenheiros, empresários e financiadores, enquanto as duas últimas exigiram o envolvimento do governo ou de instituições públicas. Para os países subdesenvolvidos, a construção de sistemas elétricos muitas vezes ultrapassa rapidamente as três primeiras etapas, não conseguindo promover um impulso tecnológico suficiente no mercado. Sem os mecanismos de financiamento, técnicos e conhecimentos de gestão correspondentes, a construção em grande escala não pode ser mantida. Da mesma forma, sem uma demanda industrial robusta, o fornecimento maciço de eletricidade carece de clientes, tornando os efeitos de escala inatingíveis. Sem um mercado de eletricidade expandido, a transição para os serviços públicos não pode ocorrer, impedindo assim a realização do poder estatal infraestrutural.

Quando o fornecimento formal de eletricidade não consegue prestar serviços públicos, o roubo de eletricidade em estruturas informais de energia torna-se generalizado, tolerado ou mesmo incentivado por funcionários e autoridades do setor elétrico — isso muitas vezes está entrelaçado com políticas partidárias e étnicas. No Baluchistão e no interior de Sindh, 75% e 64% do fornecimento de eletricidade, respectivamente, permanecem não pagos — isso equivale a um subsídio federal implícito.¹³

¹² Thomas Parke Hughes, *Hughes, Networks of Power: Electrification in Western Society, 1880–1930* [Redes de energia: eletrificação na sociedade ocidental, 1880–1930]. John Hopkins University Press, 1988, p. 14–17.

¹³ Ijlal Naqvi, *Access to Power: Electricity and the Infrastructural State in Pakistan* [Acesso ao poder: eletricidade e o estado infraestrutural no Paquistão], Oxford University Press, 2022, p. 30–31, 2, 78.

Para o Paquistão, reformular a rede equivale a reconstruir sistemas de poder infraestruturais, o que requer ajustes em estruturas de poder há muito não padronizadas. É claro que um sistema energético frágil não pode atender à demanda de eletricidade de 240 milhões de pessoas. Portanto, o governo paquistanês tem reiteradamente buscado reformas no sistema de energia e tem tentado abolir os preços uniformes, mas os protestos sociais e as pressões sobre os meios de subsistência que se seguiram forçaram o governo a estabilizar as tarifas. O governo do primeiro-ministro Shehbaz Sharif tomou como prioridade a reforma do sistema de energia, mas os esforços se restringiram à resolução das dívidas dos fornecedores privados de energia, sem avançar na construção da rede nacional.

Se a construção de uma rede em grande escala não é imediatamente viável, existem caminhos alternativos para apoiar o fornecimento de eletricidade do Paquistão e os direitos dos moradores à eletricidade? Em meio a tensões geopolíticas crescentes, existem outras formas de acesso à eletricidade além das redes hidrelétricas?

A energia fotovoltaica como meio de aumentar a capacidade do Estado

Se o CTG fornece um caminho de cima para baixo, desde o desenvolvimento fluvial até os sistemas energéticos nacionais, a China também oferece ao Paquistão uma abordagem de baixo para cima para acessar a eletricidade por meio da energia fotovoltaica (FV).

Devido às frequentes quedas de energia, casas de famílias abastadas, hotéis, escolas, hospitais e outros estabelecimentos no Paquistão normalmente contam com geradores a diesel para emergências. No entanto, os painéis fotovoltaicos estão cada vez mais substituindo os geradores a diesel em vários âmbitos da sociedade paquistanesa e impulsionando o crescimento da indústria de armazenamento de energia. No Paquistão, muitas famílias abastadas e até mesmo novas áreas residenciais contam com placas solares nos telhados. A energia fotovoltaica também foi integrada à vida dos paquistaneses de renda média e baixa, com instalações solares visíveis em assentamentos informais em Islamabad e Lahore. Ao viajar pelas áreas rurais do Paquistão, é possível ver gal-

pões simples à beira da estrada equipados com painéis solares, onde as pessoas podem carregar seus dispositivos móveis.

Em 2024, o Paquistão importou aproximadamente 16 gigawatts de componentes de energia fotovoltaica, quase um terço da capacidade total instalada de geração de energia do país (45 gigawatts) em junho daquele ano. Dos 16 GW, apenas 0,63 GW foi usado para energia solar centralizada, com o restante sendo energia fotovoltaica distribuída. De acordo com um relatório do *think tank* paquistanês Renewables First, a capacidade de geração de energia do Paquistão aumentou para 46,2 milhões de quilowatts em 2024 com o comissionamento de três novas usinas de energia solar, elevando a participação da energia renovável em escala comercial na capacidade instalada do país de 6% para 7%. Os recursos energéticos distribuídos no Paquistão cresceram significativamente, com a capacidade de medição líquida duplicando de 1,3 milhão de quilowatts em 2023 para 2,5 milhões de quilowatts em 2024, e atingindo 4,9 milhões de quilowatts em março de 2025.¹⁴

No Paquistão, as instalações fotovoltaicas e a geração de energia distribuída começaram a substituir os métodos anteriores de racionamento de eletricidade. Os painéis fotovoltaicos oferecem um caminho de baixo custo para o acesso à eletricidade, especialmente para os paquistaneses de renda média e baixa. O Paquistão é naturalmente dotado de longas horas de luz solar, com a província de Punjab tendo uma média de 6,8 horas de sol por dia, tornando-a ideal para o uso da geração fotovoltaica distribuída. O acesso à eletricidade se torna possível com apenas um painel solar e uma bateria de armazenamento. Esse caminho é viabilizado pela capacidade industrial da China, que produz 97% dos painéis fotovoltaicos do mundo e é responsável por 99% das importações de painéis fotovoltaicos do Paquistão.

A geração fotovoltaica distribuída reduziu significativamente a carga sobre os serviços oficiais de eletricidade do Paquistão. O setor público de energia pode se concentrar em atender clientes industriais e comerciais, cuja demanda de eletricidade em grande escala auxilia na construção da rede nacional do Paquistão. Do ponto de vista do desenvolvimento nacional e da construção de capacidade, os painéis fotovoltaicos não são apenas energia limpa, mas uma ferramenta para fortalecer a infraestrutura energética do Paquistão. Ao reduzir

¹⁴ Renewables First, *Pakistan Electricity Review* [Revista de Eletricidade do Paquistão] (2025).

o limiar de acesso à eletricidade, o Estado do Paquistão pode fornecer acesso universal à eletricidade e facilitar uma participação econômica mais ampla. Em Lahore, 95% das terras agrícolas passaram a usar armazenamento de água movido à energia solar. Com uma capacidade média de instalação de 5 a 10 quilowatts por residência, isso pode cobrir uma área de irrigação de 2 a 5 hectares.¹⁵ Atividades econômicas emergentes, como a criação de conteúdo para mídias sociais, também se beneficiam da eletricidade.

Do ponto de vista técnico, a geração distribuída de energia fotovoltaica conecta diretamente o fornecimento de eletricidade aos usuários finais, permitindo o acesso a áreas rurais e assentamentos informais urbanos. As unidades básicas de energia formadas por sistemas de geração fotovoltaica distribuída podem ser rapidamente interconectadas para estabelecer microrredes, que podem então ser integradas de forma contínua à estrutura da rede nacional do Paquistão, ainda em desenvolvimento. Essas unidades fundamentais das redes baseadas em energia fotovoltaica não são apenas confiáveis, mas também resilientes, oferecendo o potencial de transformar graves problemas de rentismo e roubo de eletricidade em negociações de preços regulamentadas.

Para os agricultores paquistaneses que vivem em comunidades tradicionais e dependem de laços de parentesco para suas atividades econômicas, o surgimento de novas relações sociais impulsionará a formação de novas redes econômicas. Essa nova integração do espaço e do poder estatal é benéfica para aumentar a capacidade do Estado paquistanês.

A China como parceira e modelo de desenvolvimento

A meta do Paquistão de desenvolver o rio Indo permanece inalterada, apesar das mudanças climáticas e dos desenvolvimentos político-econômicos regionais. Para enfrentar esses novos desafios, o Paquistão busca uma utilização diversificada e abrangente do rio Indo, fazendo a transição da irrigação para o desenvolvimento integrado de energia. Desde a sua fundação, o Paquistão tem visto o desenvolvimento holístico do rio Indo como uma ferramenta crucial para a construção da nação. Embora a construção de infraestruturas em grande

¹⁵ Renewables First & Herald Analytics, *The Great Solar Rush in Pakistan* [A Grande Corrida Solar no Paquistão], 2024.

escala tenha, em certa medida, reforçado a credibilidade da federação paquistanesa, a sua equidade limitada criou novas controvérsias.

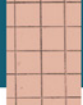
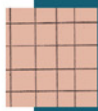
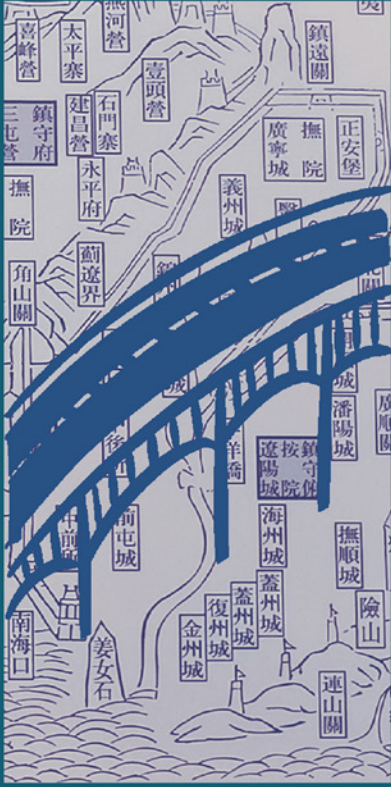
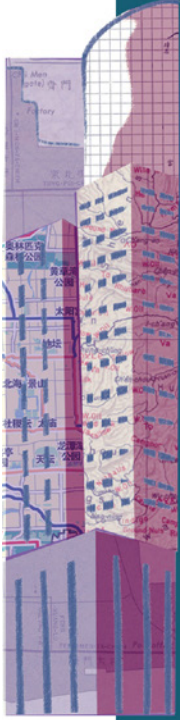
Diante das pressões geopolíticas, o Paquistão precisa de uma capacidade estatal mais forte. Sem os benefícios de oportunidades conjunturais ou vantagens geográficas, o país deve cultivar suas próprias condições sociais. O Paquistão deve investir em infraestrutura pública tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a construção de capacidade nacional — isso está alinhado com a intenção do CPEC.

A China oferece ao Sul Global tanto capacidades de desenvolvimento quanto um modelo para alavancar o crescimento econômico a fim de fortalecer a capacidade do Estado. No passado, era dada maior ênfase ao papel da China na promoção de projetos de infraestrutura pública em grande escala nos países em desenvolvimento. Com o estabelecimento das vantagens industriais da China, o papel das novas tecnologias no fortalecimento da capacidade estatal deve ser reconhecido. A difusão de novas tecnologias é fundamental para a transformação estrutural.

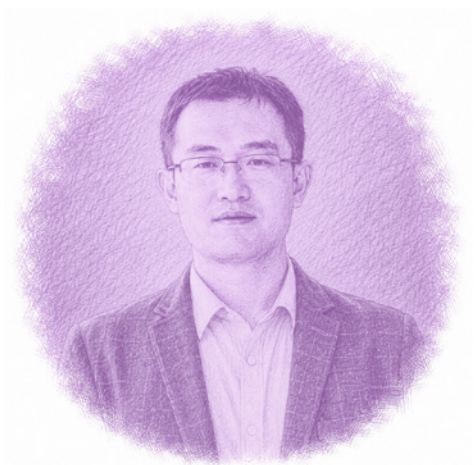
A ordem internacional passou por mudanças disruptivas desde o fim da Guerra Mundial Antifascista, criando resultados divergentes no Sul Global. A importância do fortalecimento da capacidade estatal agora superou o mero desenvolvimento econômico, pois o crescimento econômico deve andar de mãos dadas com a boa governança. Os desafios do Paquistão não são casos isolados, mas refletem tendências mais amplas no Sul Global. O papel dos setores hidrelétrico e fotovoltaico da China no atendimento às necessidades energéticas do Paquistão ressalta o papel de apoio que as empresas chinesas podem desempenhar no aprimoramento das capacidades dos países do Sul Global. O aprimoramento da capacidade estatal pode ser usado para melhorar o bem-estar público e vice-versa. Juntas, essas duas dimensões levam a condições sociais propícias para uma modernização mais ampla dos Estados-nação.

Nota: *Esta pesquisa foi apoiada pela China Three Gorges Corporation.*

地名
四月刻石



A Indústria da Rota da Seda: um caminho alternativo para a globalização



Feng Chao (冯超) é professor associado da Escola de Estudos Asiáticos e Africanos da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, onde também atua como diretor do Centro de Estudos do Sul e Sudeste Asiático. Seus interesses de pesquisa incluem as relações China-Vietnã, a história vietnamita e as culturas do Sudeste Asiático. Ele publicou mais de 40 artigos acadêmicos em periódicos chineses e internacionais e escreveu para veículos de mídia como Global Times, Xinmin Weekly e Observer. É autor de mais de dez relatórios de pesquisa sobre políticas internas que foram adotadas por órgãos governamentais chineses de âmbito central e provincial.

Desde que a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) foi proposta em 2013, o setor manufatureiro da China tem explorado mercados internacionais e se integrado ao ciclo econômico global. Ao mesmo tempo, países industrializados como os Estados Unidos têm buscado manter o domínio econômico, aproveitando a hegemonia tecnológica, o controle sobre as cadeias industriais a montante e medidas protecionistas para impor bloqueios tecnológicos e barreiras comerciais contra países em industrialização, como a China. Nesse contexto, é importante estudar como as empresas manufatureiras chinesas têm respondido expandindo-se para o exterior, abrindo novos mercados e reconfigurando cadeias industriais transnacionais.

O Vietnã, um nó crucial para a BRI, possui vantagens naturais e potencial de

*catch up*¹ para a reestruturação industrial e da cadeia de valor, tornando-se um ponto-chave para as empresas chinesas em expansão no exterior.² Atualmente, a presença da indústria de transformação chinesa no Vietnã se manifesta na propagação das redes da cadeia de suprimentos, o que indiretamente comprova o crescente descompasso entre o alcance espacial das atividades econômicas e a rigidez das fronteiras políticas. A realocação de fábricas chinesas para o Vietnã não significa a transferência de indústrias inteiras; ao contrário, a China atua como o centro da cadeia industrial, enquanto o Vietnã atua como um elo vital para os mercados internacionais, formando um componente importante da estrutura de “circulação dupla”. Os setores manufatureiros da China e do Vietnã formaram uma relação altamente integrada e de apoio mútuo.³

Em meio à crise da desglobalização, as empresas chinesas continuam a realizar investimentos transfronteiriços em cadeias industriais globais e em múltiplos marcos de políticas nacionais. Nesse contexto, este artigo propõe o conceito de “Indústria manufatureira da Rota da Seda” (SRM, na sigla em inglês) — um novo modelo de colaboração industrial no âmbito da BRI, no qual as empresas chinesas constroem redes de indústria manufatureira transnacionais por meio de investimento estrangeiro direto, transferência de tecnologia e integração da cadeia industrial. Esse modelo ajuda as entidades de mercado envolvidas em negócios transnacionais a controlar os fluxos de capital transfronteiriços, coordenar e reestruturar nós econômicos-chave nas cadeias industriais, compartilhar recursos, promover uma eficaz divisão internacional do trabalho e maximizar os lucros marginais.

A prática da SRM no Vietnã reflete a necessidade da China de internacionalizar sua cadeia industrial, ao mesmo tempo que se alinha com a estratégia vietnamita de utilizar capital estrangeiro para a industrialização. Sua importância

¹ Em português podemos traduzir *catch up* como processo de “emparelhamento”, que significa a redução do hiato (distância) de renda e de produtividade entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos/industrializados. O processo de emparelhamento é feito pelos países “atrasados” do ponto de vista industrial, e busca galgar posições melhores rumo à fronteira produtiva e tecnológica. Portanto, o país que faz “emparelhamento” acelera a sua transformação produtiva e tecnológica para reduzir a distância em relação aos países líderes, aumentando a produtividade e a renda e se aproximando da fronteira tecnológica. Neste artigo, optamos por manter o termo em inglês.

² Feng Chao, ‘When Chinese Manufacturing Encounters Vietnamese Đồi Mồi [Quando a indústria manufatureira chinesa encontra o Đồi Mồi vietnamita], conta oficial do WeChat da Fudan Business Knowledge, 10 de março de 2025.

³ Shi Zhan, “From Trade Frictions to Merchant Order – Viewing the “Dual Circulation” Structure from Sino-Vietnamese Manufacturing Relations” [Das fricções comerciais à ordem mercantil – Analisando a estrutura da ‘dupla circulação’ a partir das relações industriais sino-vietnamitas], *Exploration and Free Views* 1 (2020).

estratégica reside na integração de cadeias industriais globais para formar uma estrutura de produção interligada. Espera-se que isso não seja apenas uma medida eficaz contra o protecionismo e a desconexão, mas que também possa oferecer um caminho alternativo para a globalização e a base para uma nova ordem econômica internacional.

A evolução da diplomacia econômica do Vietnã

Desde o início dos anos 2000, o Vietnã vem adotando uma estratégia em três etapas para a integração econômica internacional. A primeira envolveu a integração proativa na economia internacional, conforme proposto pelo 9º Congresso Nacional do Partido Comunista do Vietnã (PCV) em 2001.

A segunda etapa, a partir de 2016, foi a integração internacional abrangente. Isso implicou o estabelecimento de relações comerciais com 230 países e regiões e a adesão a diversos acordos, incluindo a BRI e o Acordo Abrangente e Progressivo de Parceria Transpácífica, em 2017, a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) em novembro de 2021 e a Quadro Econômico Indo-Pacífico em 2022. Esses mecanismos multilaterais foram aproveitados para a diplomacia econômica e para garantir a posição do Vietnã durante a reestruturação das cadeias industriais do Leste Asiático.

A terceira etapa foi a integração profunda, conforme esclarecido pelo 13º Congresso Nacional do PCV em 2021. Em 2024, Tô Lâm foi eleito para o cargo de secretário-geral do PCV. Em um discurso no Ministério das Relações Exteriores, ele destacou a integração sem precedentes do Vietnã na economia mundial e exigiu que a política externa do país “deve consolidar constantemente sua posição e força”, “deve disseminar e irradiar o *soft power* do Vietnã para o mundo por meio da diplomacia cultural e da informação externa” e “deve apresentar ao mundo um Vietnã independente, autossuficiente, pacífico, cooperativo, amigável, em desenvolvimento, próspero e feliz”.

A evolução da política industrial do Vietnã

Nos últimos anos, o Vietnã tem seguido o caminho da integração econômica internacional, mantendo uma economia de mercado de orientação socialista, limitando a dependência de atores externos e garantindo independência e autonomia.

Desde 2024, o Secretário-Geral Tô Lâm propôs a “Nova Era de Ascensão Nacional” e introduziu uma série de resoluções para promover a inovação científica e tecnológica, desenvolvendo a economia privada, renovando o trabalho legislativo e de aplicação da lei e aprofundando a integração internacional. Isso foi combinado com uma campanha anticorrupção para fortalecer o Estado de Direito socialista. Além disso, a Constituição, dezenas de leis e regulamentos, bem como acordos de livre comércio (ALCs), foram alterados para atender às necessidades do desenvolvimento econômico.

Medidas como fusões entre províncias e municípios e redução institucional foram utilizadas para promover a governança escalonada, a simplificação administrativa e a descentralização. Simultaneamente, o governo introduziu políticas como isenções fiscais, simplificação regulatória, eficiência administrativa e regras antimonopólio. Esses esforços ajudaram a estabelecer um ambiente local compatível com a cooperação internacional.

Atualmente, o Vietnã ocupa uma posição de nível médio a baixo nas cadeias de valor do Leste Asiático, importando insumos intermediários da China, do Japão e da Coreia do Sul e exportando produtos acabados para a Europa e os Estados Unidos. Insatisfeito com esse *status quo*, o governo vietnamita adotou uma série de medidas para promover o desenvolvimento da manufatura de alta tecnologia. Seguindo a “Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico 2016–2020”, o Vietnã prioriza cada vez mais o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia, incluindo os setores de informação eletrônica, biofarmacêutico, novos materiais e energia renovável. Guiado pela “Estratégia para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação até 2030”, espera-se que a participação dos produtos industriais de alta tecnologia no setor manufatureiro do Vietnã aumente para mais de 45%, transformando o país em uma nação industrial moderna até 2030.

Tendo como pano de fundo a reestruturação da cadeia de valor global e o avanço cada vez mais profundo da BRI, o Vietnã — com suas vantagens geográficas, custos competitivos e participação ativa em acordos de livre comércio regionais — tornou-se um centro estratégico crucial para a internacionalização da indústria manufatureira chinesa. À medida que o dividendo demográfico do Vietnã se esvai, o país visa criar um “dividendo tecnológico” por meio do desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada, o que, por sua vez, aumenta as capacidades tecnológicas e eleva o valor agregado doméstico.

Oportunidades estratégicas do Vietnã para a indústria manufatureira da Rota da Seda

A conjuntura atual apresenta ao Vietnã oportunidades estratégicas para a industrialização. Em primeiro lugar, a reestruturação das cadeias de valor globais levou as empresas chinesas a estabelecerem presença no Vietnã. No setor têxtil, as empresas chinesas de fiação se complementam bem com as capacidades vietnamitas de tecelagem, tingimento e confecção de vestuário. Isso permite que o Vietnã atraia as capacidades da cadeia chinesa de suprimentos a montante, enquanto as empresas chinesas se beneficiam do acesso preferencial do Vietnã ao mercado da União Europeia. Da mesma forma, a baixa autossuficiência do Vietnã em bens intermediários na indústria de manufatura (abaixo de 40%) cria oportunidades para fornecedores chineses. Por exemplo, mais de 40 fornecedores chineses se estabeleceram nas proximidades das fábricas da Samsung no Vietnã, fornecendo materiais de embalagem, componentes metálicos e desenvolvimento de moldes. No entanto, apenas algumas empresas de capital chinês no Vietnã, como a Goertek e a AAC Technologies, entraram na cadeia de suprimentos da Samsung, indicando um espaço significativo para maior integração.⁴

Em segundo lugar, o crescimento do mercado interno cria uma série de oportunidades para empresas de capital chinês. Com uma população de aproxima-

⁴ Ba Jiuling, "Vietnam is Launching a Major Transformation Unseen in Forty Years" [O Vietnã está lançando uma grande transformação sem precedentes em quarenta anos], conta oficial do WeChat da Ilha Zhenghe, 24 de março de 2025.

damente 100 milhões, a classe média e os padrões de consumo do Vietnã estão se expandindo rapidamente. Esse mercado apresenta três características:

1. a demanda é cada vez mais impulsionada por consumidores jovens, com pessoas com menos de 35 anos representando 65% da população. Esse grupo tem uma forte preferência por eletrônicos e pequenos eletrodomésticos com boa relação custo-benefício e *design* inovador, impulsionando um rápido crescimento no consumo online;
2. a expansão da classe média vietnamita impulsionou as importações de bens de consumo de médio a alto padrão, acelerou uma mudança em direção ao consumo voltado para a saúde e aumentou a aceitação das marcas internacionais pelos consumidores.

Embora a identidade cultural local permaneça forte, os consumidores não têm resistência aos produtos internacionais. Por exemplo, a empresa chinesa TCL lançou televisores com proteção contra raios e com recepção de sinal aprimorada em resposta às frequentes tempestades no Vietnã e ao complexo terreno montanhoso. Isso permitiu a entrada bem-sucedida da empresa em mercados rurais remotos no Vietnã, a rápida geração de lucro e a ascensão para o segundo lugar em participação de mercado de televisores.⁵ Se as empresas da SRM derem maior ênfase ao desenvolvimento de funcionalidades de produtos adaptadas às condições locais, poderão capturar oportunidades de mercado substanciais.

3. Em terceiro lugar, o alinhamento estratégico entre a China e o Vietnã oferece garantias institucionais para a SRM. No âmbito da BRI e do plano vietnamita “Dois Corredores e Um Círculo Econômico”, ambos os lados podem avançar na cooperação em diversos níveis.
 - a. Medidas de facilitação do comércio, como as previstas no RCEP e no Acordo de Livre Comércio China-ASEAN ampliado, permitem que as empresas de ambos os países se beneficiem de procedimentos sim-

⁵ Lu Jiangyong, Yang Xuecheng, "TCL: Driving Global Development with Localization Strategy" (Case No. IB-1-20240918-327) [TCL: Impulsionando o desenvolvimento global com estratégia de localização (Caso n.º IB-1-20240918-327)], Escola de Administração Guanghua, Universidade de Pequim, 10 de outubro de 2024.

plificados de exportação e importação, reduzindo assim efetivamente os custos de transação e de comércio.

- b. A conectividade de infraestrutura, como os acordos para três linhas ferroviárias transfronteiriças de bitola padrão (Lào Cai–Hanói–Haiphong, Lạng Sơn–Hanói e Móng Cái–Hạ Long–Haiphong), deverá reduzir significativamente os custos de logística e transporte.
- c. As políticas industriais do Vietnã — como a “Estratégia Nacional para a Quarta Revolução Industrial até 2030” e a “Estratégia de Crescimento Verde” — estão alinhadas com as próprias políticas da China para promover a internacionalização da economia digital. Essa convergência de políticas facilita a implementação de projetos de cooperação em setores como energia fotovoltaica e eólica.
- d. O desenvolvimento de trabalhadores técnicos e profissionais, por meio de plataformas como a Aliança China–ASEAN “Educação Profissional Chinesa” e a iniciativa “Oficina Luban”, contribui para melhorar as competências da força de trabalho em toda a região. Essas iniciativas ajudam a fomentar a formação de competências e apoiam a modernização industrial.

A lógica central da Indústria Manufatureira da Rota da Seda (SRM)

Com a reestruturação das cadeias de abastecimento globais, o Vietnã está se transformando de um local de deslocalização para um centro de cadeias industriais. Empresas chinesas estão investindo no Vietnã para construir cadeias industriais integradas e estabelecer capacidades de produção de ponta a ponta, desde o abastecimento de matéria-prima até a montagem do produto final.⁶ Esses *clusters* industriais — por meio de mecanismos como difusão de tecnologia, mobilidade da mão de obra e colaboração entre empresas — aumentaram

⁶ Li Xing, "The Changing Logic of Chinese Enterprises Investing in Vietnam: From Product Globalization to Industrial Chain Globalization", [A mudança na lógica das empresas chinesas que investem no Vietnã: da globalização de produtos à globalização da cadeia industrial], conta oficial do WeChat da Sunrise Big Data, 16 de junho de 2025.

o nível de sofisticação tecnológica e a capacidade de inovação da SRM, contribuindo assim para a industrialização do Vietnã.

No contexto da BRI, as empresas que se expandem para o exterior não são apenas chinesas, mas também incluem parcerias com terceiros e *joint ventures*. Apesar das vantagens de capital e tecnologia que em geral os investidores estrangeiros detêm, as empresas chinesas que se deslocam para o exterior ainda precisam passar por uma transformação da produção intensiva em mão de obra para a intensiva em capital, particularmente em um ambiente global dominado por modelos de gestão ocidentais. Essa mudança estrutural ajuda a romper a lógica binária que atribui a propriedade da cadeia de valor exclusivamente a um país ou empresa.

Em sua essência, a SRM representa um modelo de negócios transnacional no qual as empresas integram elementos locais e estrangeiros enquanto se expandem por diversos setores. Nessas condições, a construção de identidades corporativas multifacetadas requer uma exploração de longo prazo. Além disso, como a maioria das empresas chinesas no Vietnã opera na extremidade a jusante das cadeias de valor locais, as empresas vietnamitas inevitavelmente permanecem cautelosas ao absorver capital industrial da China. Consequentemente, as empresas multinacionais devem superar a identidade de marca provincializada. A identidade de marca é a alma do *design* de produto; portanto, estratégias de marca internacionais são necessárias para o modelo SRM.

Por exemplo, a aquisição pela Haier, em 2011, dos negócios da Sanyo Electric no Sudeste Asiático levou a marca AQUA ao mercado vietnamita.⁷ Embora a AQUA tenha sofrido uma queda acentuada durante a transição da marca em 2017, uma estratégia abrangente — aprimorações de produtos, substituição de plataformas, melhorias na eficiência das fábricas e ampliação das promoções — ajudou-a a reconquistar a primeira e a segunda posições nos mercados de máquinas de lavar e geladeiras do Vietnã, respectivamente. Respondendo às demandas dos consumidores locais, a AQUA lançou geladeiras com os recursos de esterilização dinâmica ABT e preservação de umidade HCS, máquinas de lavar inteligentes e produtos com economia de energia adaptados ao clima tropical do Sudeste Asiático. Por meio do envolvimento ativo em espaços cul-

⁷ Nota do editor: A Haier é uma empresa chinesa especializada em eletrodomésticos e eletrônicos de consumo, e a Sanyo é uma empresa japonesa especializada em eletrodomésticos.

turais locais (como plataformas sociais e concursos de beleza), a AQUA integrou-se com sucesso ao cotidiano do povo vietnamita.

Os desafios e oportunidades impostos pelas tarifas dos EUA

Em 2 de abril de 2025, os EUA anunciaram “tarifas recíprocas” visando 57 países, incluindo o Vietnã, que foi acusado de usar o comércio de entreposto para evadir as tarifas dos EUA sobre a China. A tarifa proposta de 46% sobre as exportações vietnamitas foi uma tentativa estratégica de reestruturar as cadeias de abastecimento globais e enfraquecer as estratégias de realocação industrial da China.⁸ A Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês) ativou um novo sistema de verificação de origem, combinando auditorias rigorosas, rastreabilidade ampliada e dissuasão criminal para reprimir o comércio de entreposto.

Dada a forte dependência do Vietnã em exportações, a “diplomacia do bambu” e os interesses pragmáticos do país, a mídia estatal se absteve de comentar quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou unilateralmente a assinatura de um “Acordo-Quadro de Tarifas e Comércio” desigual com o Vietnã em 2 de julho de 2025.⁹ Durante uma ligação telefônica no mesmo dia, o primeiro-ministro Sủ Lữnh chegou a um acordo com Trump sobre uma “Declaração Conjunta com relação a um Acordo Comercial Recíproco, Justo e Equilibrado entre o Vietnã e os EUA” e instou os EUA a reconhecerem o Vietnã como uma economia de mercado e a suspenderem as restrições à exportação de produtos de alta tecnologia vietnamitas. Embora o governo tenha adotado uma postura cautelosa, a resposta de acadêmicos e empresas foi mista — alguns se mostraram otimistas devido à redução das tarifas estadunidenses sobre as exportações vietnamitas, enquanto outros se mostraram preocupados com resultados contraditórios.¹⁰

⁸ Feng Chao, "Want to Use Vietnam as a Pivot? The US is Doomed to 'Draw Water with a Bamboo Basket'", [Quer usar o Vietnã como pivô? Os EUA estão condenados a "tirar água com uma cesta de bambu"], *Guancha.cn*, 30 de abril de 2025.

⁹ Nota do editor: A diplomacia do bambu refere-se à política externa flexível, resiliente e não alinhada do Vietnã, que equilibra as relações com as grandes potências ao mesmo tempo em que mantém a autonomia estratégica.

¹⁰ Minh Ngọc – Hoàng Quân, Quân, "Thỏa thuận thuế quan Việt – Mỹ: Cơ hội và sức ép tái cấu trúc doanh nghiệp" [Acordo tarifário Vietnã-EUA: Oportunidades e pressão para a reestruturação empresarial], *Fórum Empresarial*, 8 de novembro de 2025.

Embora o acordo permaneça controverso, a tarifa punitiva de 40% sobre “produtos de comércio de entreposto” foi confirmada. O Vietnã é obrigado a estabelecer um sistema de rastreabilidade em três níveis – faturas de matérias-primas, fluxogramas de produção e registros de consumo de energia – com inspeções obrigatórias de painéis solares, móveis e eletrônicos. Isso eleva drasticamente o custo dos produtos chineses reexportados pelo Vietnã, prejudicando o modelo utilizado pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) chinesas que dependem de rotulagem ou de montagem simples. Mesmo sem o texto completo do acordo, essas disposições de transbordo restringirão os exportadores chineses, reduzirão os embarques de bens intermediários e aumentarão os custos operacionais para as empresas chinesas no Vietnã. Isso significa o fim do modelo de transbordo do Vietnã e impõe a necessidade urgente de construir um ecossistema de SRM profundamente integrado.¹¹

A lentidão econômica pós-pandemia e as crescentes restrições trabalhistas e ambientais têm desafiado os modelos tradicionais da indústria manufatureira. As tensões geopolíticas afetam cada vez mais a SRM, à medida que a instabilidade política e os atritos comerciais amplificam os riscos operacionais transfronteiriços. O Vietnã importa cerca de US\$ 90 bilhões em mercadorias da China anualmente, algumas das quais passam por um processamento simples antes de serem exportadas como “Made in Vietnam” [Fabricado no Vietnã] para os mercados dos EUA e da Europa. Os fornecedores vietnamitas da Apple aumentaram de 14% em 2018 para 35% em 2024.¹² Aproveitando as regras de origem (ROO, na sigla em inglês) do RCEP, o Vietnã construiu um modelo eficiente de montagem de componentes chineses no país e de exportação de produtos finais globalmente. Se os futuros regimes tarifários na China, nos EUA e no Vietnã se estabilizarem, a SRM poderá apresentar flutuações, mas acabará por atingir um equilíbrio dinâmico moldado pela tributação e pelos mecanismos de mercado.

Para se adaptar, as empresas estrangeiras devem fortalecer a gestão de riscos, otimizar as redes de produção e mitigar as perturbações geopolíticas. O am-

¹¹ Liu Chenghui, "Several Former Vietnamese National Leaders Collectively Dismissed, What Happened?" [Vários ex-líderes nacionais vietnamitas demitidos coletivamente, o que aconteceu?], *Guancha.cn*, 21 de julho de 2025.

¹² Li Wei, Xu Yue, "The Return of Geopolitics and Changes in International Industrial Geography – Taking Apple's Supply Chain Strategy Adjustment as an Example" [O retorno da geopolítica e as mudanças na geografia industrial internacional – Tomando como exemplo o ajuste da estratégia da cadeia de suprimentos da Apple], *World Economic Herald* 5 (2024).

biente externo em constante mudança obriga a SRM a acelerar a modernização industrial. Ao aprimorar a inovação tecnológica, melhorar as estruturas industriais e aumentar a adição de valor, as empresas podem elevar a competitividade sob novas condições de mercado. Diante da incerteza, o SRM também deve aprofundar a cooperação regional, desenvolver parques industriais conjuntos e melhorar a conectividade para promover a otimização de recursos e o desenvolvimento industrial coordenado. Em última análise, como um modelo emergente de cooperação industrial manufatureira no âmbito da BRI, a SRM transcende a produção tradicional de fabricantes de equipamentos originais (OEM) ou a realocação industrial orientada por custos. Ela pode evoluir para um sistema híbrido que integra inovação local, atendimento ao mercado regional e ascensão nas cadeias de valor globais.

Rumo a um país de origem móvel

No Vietnã, a SRM demonstra características regionais claras e uma evolução industrial dinâmica. Os investidores estão migrando de setores de mão de obra intensiva (vestuário, móveis) para setores de tecnologia intensiva (eletrônicos, eletrodomésticos, energia renovável). Isso é impulsionado não apenas por vantagens de custo, mas também por motivos estratégicos, como evitar barreiras comerciais, proximidade com os mercados consumidores e integração de recursos regionais.

O modelo de colaboração está mudando. As empresas chinesas são incentivadas a evitar replicar estruturas de produção nacionais e, em vez disso, integrar-se ao ecossistema industrial local do Vietnã. Aproveitando as oportunidades de cooperação da BRI, as empresas podem transferir certas etapas de produção para membros da ASEAN — como Camboja, Laos e Mianmar — onde a mão de obra é mais barata e se aplicam preferências tarifárias. Enquanto isso, fortalecer a capacidade de fornecimento local do Vietnã e expandir o investimento em fornecedores locais aumenta as taxas de abastecimento local e ajuda a satisfazer os requisitos de ROO.

A lição para as empresas chinesas é que elas devem ir além da simples relocação de fábricas e devem construir ecossistemas profundamente localizados. Ao expandir o processamento local e alcançar 30% (ou mais) de valor agregado no

Vietnã, elas podem atender aos requisitos de ROO. O desenvolvimento de cadeias de suprimentos localizadas a montante e a jusante, por meio do fomento de fornecedores e da formação de *clusters* localmente integrados, pode elevar as capacidades da indústria manufatureira do Vietnã. Isso também permitirá que as empresas chinesas líderes tragam consigo empresas de apoio para o exterior, a fim de replicar os ecossistemas da cadeia de suprimentos doméstica.

Por meio da modernização industrial, da integração de cadeias produtivas regionais, da expansão de marcas, da localização profunda, da transferência de tecnologia e da conformidade com a ROO, as empresas multinacionais podem desenvolver vantagens competitivas diferenciadas. Esse modelo de “país de origem móvel” fortalece a competitividade das empresas chinesas ao mesmo tempo que apoia a industrialização vietnamita e fornece um modelo replicável para a cooperação industrial no âmbito da BRI.

Rumo a uma lógica sustentável da Indústria Manufatureira da Rota da Seda (SRM)

O historiador de Princeton, Harold James, tem defendido que a China está tentando construir um caminho alternativo para a globalização — alinhado a uma nova era de fluxos de bens de alto valor, serviços e dados — por meio da BRI. James afirma que a China e os EUA não estão presos na “Armadilha de Tucídides”, mas estão passando por uma redistribuição de poder em um mundo cada vez mais multipolar, no qual os EUA precisam se adaptar a uma realidade em que não dominam mais a ordem internacional.¹³

As políticas de pressão máxima dos EUA e os esforços para conter a China inadvertidamente impulsionaram o país rumo à consolidação completa da cadeia industrial, conferindo-lhe substancial capacidade de “anti-involução” e controle sobre propriedade intelectual e capacidade industrial essenciais.¹⁴ No

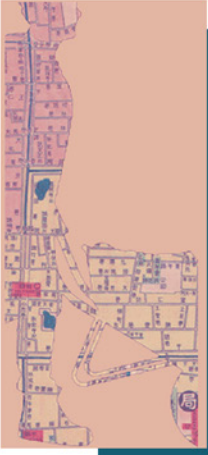
¹³ Li Wei e Xu Yue, "The Return of Geopolitics and Changes in International Industrial Geography – Taking Apple's Supply Chain Strategy Adjustment as an Example" [O retorno da geopolítica e as mudanças na geografia industrial internacional – Tomando como exemplo o ajuste da estratégia da cadeia de suprimentos da Apple], *World Economic Herald*, n.º 5 (2024).

¹⁴ Nota do editor: Em economia, involução refere-se a um cenário em que a concorrência intensa gera retornos decrescentes, resultando em crescimento estagnado apesar dos imensos esforços das partes concorrentes.

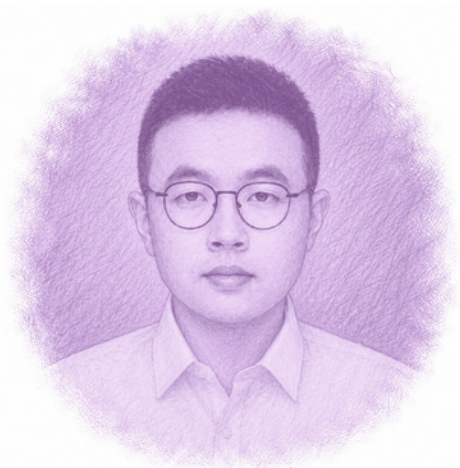
entanto, a China ainda não construiu uma teoria para explicar sua alternativa à globalização e o papel das empresas chinesas na cooperação da indústria manufatureira na BRI. Isso enfraqueceu a capacidade da China de responder às narrativas ocidentais que estão enraizadas em legados coloniais e no capitalismo financeiro monopolista. À medida que o Ocidente continua a utilizar mecanismos assimétricos — regimes de propriedade intelectual, barreiras tarifárias e outros — para sustentar uma ordem político-econômica internacional injusta, a China deve propor uma teoria para uma alternativa. O conceito de SRM poderia ser um ponto de partida para tal empreendimento.

A expansão das empresas chinesas para o Vietnã é resultado da reestruturação da cadeia de suprimentos e da profunda interação econômica regional. Hoje, ao mesmo tempo que enfrentam oportunidades na reconfiguração da cadeia de suprimentos, na modernização do consumo, na coordenação de políticas e em setores emergentes, as empresas também devem superar gargalos em infraestrutura, volatilidade política, intensificação da concorrência, geopolítica e requisitos de conformidade. A chave para um avanço é transcender o modelo tradicional de “arbitragem de custos” e fazer a transição para um modelo de desenvolvimento de maior qualidade, caracterizado por inovação localizada, empoderamento tecnológico e integração verde.

O governo vietnamita considerou 2025 como um “ano de avanços acelerados”. Sua taxa de crescimento de dois dígitos se alinha à estratégia da China para a expansão da manufatura de alta qualidade no exterior. Aproveitando essa oportunidade, uma estratégia diversificada de gestão da cadeia de suprimentos da SRM pode ajudar as empresas a superar os ventos contrários da antiglobalização e criar um parâmetro de referência para a cooperação da BRI. Isso poderia abrir novos caminhos para a industrialização no Sul Global e injetar um novo impulso na própria transformação econômica da China.



Resenha: Como o marxismo japonês moldou um economista taiwanês



Wang Li (汪力) é professor associado da Faculdade de História e Cultura da Universidade Normal do Nordeste.

A atenção dos intelectuais chineses aos debates externos tem, historicamente, derivado das necessidades da realidade social chinesa. Embora não haja nada de intrinsecamente questionável nessa abordagem, isso muitas vezes levou os intelectuais a omitirem a evolução de debates acadêmicos significativos. Por exemplo, o mundo intelectual japonês, por muito tempo, foi como um intermediário do pensamento ocidental à China; as traduções e introduções do marxismo feitas por estudiosos japoneses desempenharam um papel significativo em sua disseminação na China. No entanto, ao mesmo tempo que os estudiosos chineses estavam totalmente dedicados a interpretar a história chinesa por meio do materialismo histórico, eles eram indiferentes ou desconheciam os debates contemporâneos no Japão sobre o capitalismo japonês e a natureza da sociedade japonesa.¹

¹ É claro que existem exceções. Por exemplo, Sung Fei-ju (1903–1947), renomado jornalista e analista de assuntos japoneses nascido em Taiwan, demonstrava grande interesse pelos debates sobre o capitalismo japonês e traduziu obras sobre esse tema ao chinês.

Hoje é difícil imaginar a enorme influência que o pensamento de esquerda e marxista exerceu sobre os intelectuais japoneses entre as décadas de 1920 e 1970. Diante das profundas contradições do processo de modernização iniciado com a Restauração Meiji, muitos intelectuais japoneses recorreram à Economia Política marxista e às críticas modernistas à cultura japonesa.

Com a vitória da Revolução Chinesa e o início da Guerra Fria, o fluxo de estudantes chineses para o Japão foi interrompido. Quando os programas de estudos no exterior foram retomados na década de 1980, a influência do marxismo na academia japonesa havia diminuído. A filosofia pós-moderna tornou-se dominante e as ciências sociais passaram a adotar abordagens quantitativas seguindo o estilo estadunidense. Além disso, tendo como pano de fundo o processo de Reforma e Abertura, os acadêmicos chineses estavam compreensivelmente mais preocupados com os êxitos econômicos do Japão e demonstravam pouco interesse nas críticas de esquerda das ciências sociais ao caráter feudal ou retrógrado do Japão. Essa orientação deu origem a uma tendência weberiana vulgar neotradicionalista – o argumento de que a cultura japonesa facilitou a modernização do Japão.

Nesse contexto, o livro de Qiu Shijie, *Liu Shinkei: An Intellectual Biography* [Liu Shinkei: uma biografia intelectual] (2022), abre uma importante perspectiva para a academia chinesa. O livro é uma biografia do economista taiwanês Liu Shinkei, que passou grande parte de sua vida intelectual no Japão durante o apogeu do marxismo japonês. Imerso nesse meio intelectual, Liu escreveu uma tese de doutorado inovadora intitulada *Analysis of Taiwan's Post-War Economy* [Análise da economia pós-guerra de Taiwan] (1972), que foi publicada como livro no Japão em 1975 e traduzida para o chinês em 1992.² O livro de Qiu é um valioso material para acadêmicos de ambos os lados do Estreito de Taiwan sobre a economia pós-guerra de Taiwan e os debates marxistas japoneses pelos olhos de Liu.

² Liu Shinkei, “Sengo Taiwan keizai bunseki” [Análise da economia pós-guerra de Taiwan]. Tese de Doutorado, Universidade de Tóquio, 1972.

A formação da resistência de Liu Shinkei

No primeiro capítulo do livro, Qiu Shijie traça a trajetória de vida de Liu Shinkei e o processo de sua formação intelectual. “Resistência” é a palavra-chave desse capítulo e, de fato, de todo o livro. A experiência de Liu com o domínio colonial japonês e o Incidente 228 foram fundamentais para a formação de sua práxis de resistência.³ Durante seus anos de estudo no Japão, Liu também foi influenciado pelos movimentos políticos dos taiwaneses no Japão que se opunham à ditadura do Kuomintang (KMT); sua proximidade com esses movimentos impediu que ele se isolasse das massas, como muitos intelectuais de esquerda japoneses haviam feito durante a guerra.⁴ Qiu mostra que a resistência de Liu foi tanto política quanto acadêmica. Politicamente, ele resistiu ao regime autocrático do KMT e buscou a democracia e a reunificação nacional. Por meio de sua produção acadêmica, ele resistiu à economia vulgar – um reflexo do espírito do marxismo japonês da época. Nesse sentido, a resistência política e acadêmica de Liu era altamente unificada.

Durante seus estudos no Departamento de Economia da Universidade Nacional de Taiwan, Liu não foi obrigado a aceitar os princípios da economia neoclássica; ao contrário, ele dedicou mais energia à filosofia.⁵ Quando mais tarde estudou economia marxista, sentiu uma afinidade imediata com sua metodologia dialética. A tensão entre a resistência política e acadêmica de Liu se manifesta no que Qiu denomina “a tensão entre essência e aparência”. Como resultado de sua orientação política, Liu estava comprometido com a análise da essência feudal do capitalismo taiwanês do pós-guerra, subestimando assim seu caráter capitalista e sendo incapaz de explicar de forma adequada o notável crescimento de Taiwan no pós-guerra.⁶ Essa contradição levou Liu a revisar sua tese de doutorado, que havia enfatizado a força da herança pré-moderna da sociedade taiwanesa.⁷ Após a publicação de seu livro *Análise da Economia Pós-Guerra de Taiwan* (1975), Liu procurou fornecer uma explicação político-

³ Nota do editor: O Incidente 228 refere-se a uma revolta popular em Taiwan em 28 de fevereiro de 1947, que foi brutalmente reprimida pelo partido nacionalista Kuomintang.

⁴ Qiu Shijie, *Liu Shinkei: uma biografia intelectual*. [战后台湾经济的左翼分析—刘进庆思想评传], (National Taiwan University Press [国立台湾大学出版中心], 2022), 94–95.

⁵ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 30–33.

⁶ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 211–214.

⁷ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 254.

-econômica crítica do rápido desenvolvimento econômico de Taiwan sem cair nos paradigmas dominantes da teoria do crescimento econômico.

Liu Shinkei e os debates do marxismo japonês

A luta intelectual de Liu Shinkei para compreender a economia de Taiwan era, de certa forma, inerente à tradição acadêmica que ele herdara no Japão. Para compreendê-lo se faz necessária uma elucidação dos debates intelectuais do marxismo japonês.

O segundo capítulo do livro, “A Transmissão do Conhecimento: Economia Marxista na Universidade de Tóquio na década de 1960”, apresenta uma genealogia dos debates e facções do marxismo japonês. Entre eles estão Moritaro Yamada e a “Facção das lições”, Kozo Uno e a “Escola de Uno”, e Hisao Otsuka e a “Escola de História Econômica de Otsuka”. Dada a escassez de literatura na China sobre este assunto, a importância desse capítulo ultrapassa em muito o estudo do pensamento individual de Liu.

A Análise da Economia Pós-Guerra de Taiwan, de Liu, em termos estruturais, se inspirou em *A análise do capitalismo japonês* (1934), de Yamada.⁸ A partir da teoria da reprodução de Marx, Yamada defende que o capitalismo japonês era de “tipo” especial que alcançou a acumulação por meio de uma indústria têxtil sustentada por força de trabalho “semiservil” com “salários abaixo do nível da Índia”, tendo como base um “pequeno camponês” semifeudal e uma indústria militar “gerada [à força] pelo poder estatal como seu eixo central”. Qiu oferece uma interpretação profunda de Yamada, apontando que sua análise é uma teoria da não transição.⁹ Para Yamada, a agricultura semifeudal e a indústria têxtil de baixo nível constituíam uma relação de determinação mútua; esse tipo de capitalismo japonês não possuía uma dinâmica de desenvolvimento inerente. O resultado foi a estagnação da sociedade no estágio do absolutismo e a incapacidade de fazer a transição para o capitalismo genuíno.

⁸ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 202–203.

⁹ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 125.

A absorção da teoria da não transição de Yamada por Liu levou-o a argumentar que a essência da economia taiwanesa do pós-guerra era semifeudal. Embora a adoção da metodologia de Yamada o tenha ajudado a alcançar uma formulação teórica de alto nível, ele também herdou as características estáticas e as implicações da teoria de Yamada, tornando-o incapaz de explicar o rápido crescimento da economia de Taiwan no pós-guerra.

O capítulo cinco de *Liu Shinkei: uma biografia intelectual* explora como Liu tentou resolver esse problema por meio do diálogo com várias teorias do desenvolvimento. Nesse processo, Liu explorou dois marcos: as teorias do capitalismo de Estado, que enfatizavam o nacionalismo econômico, e as teorias do capital mercantil, que enfatizavam o papel do capital privado e das pequenas e médias empresas. As conclusões de Liu foram complexas: ele afirmou o caráter econômico nacionalista do capital estatal taiwanês do pós-guerra, ao mesmo tempo que argumentava que este continuava sendo uma “economia ditatorial exploradora”.¹⁰ Ele afirmou que o capital privado com caráter mercantil poderia gerar um desempenho econômico excepcional, embora sustentasse que o capital mercantil era, ainda assim, improdutivo e essencialmente um “capital ruim”.¹¹ Como afirma Qiu Shijie, o “pensamento contraditório e complexo de Liu — baseado na facção das lições, de Yamada — reflete a tensão dentro da economia de Taiwan”.¹²

No Japão, a análise de Yamada foi criticada pelos marxistas da facção operário-camponesa, que se opunham à facção das lições.¹³ A facção operário-camponesa argumentou que Yamada retratou um capitalismo japonês que estava “há muito congelado em um tipo específico, sem desenvolvimento”.¹⁴ Kozo Uno argumentou ainda que a análise de Yamada havia fossilizado o caminho inglês do desenvolvimento capitalista e não reconheceu que os países capitalistas de desenvolvimento tardio necessariamente adotariam políticas adequadas às suas

¹⁰ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 275–276, 281–282.

¹¹ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 296–297, 307.

¹² Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 309.

¹³ Nota do editor: A facção operário-camponesa (勞農派, *Rōnō-ha*) recebeu esse nome em referência à revista de circulação restrita *Rōnō* (operário-camponês). Seus membros defendiam que a Restauração Meiji havia essencialmente concluído a revolução burguesa e que o Japão já era uma sociedade capitalista, o que significava que a revolução deveria avançar diretamente para o estágio socialista.

¹⁴ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 129.

respectivas condições e não precisariam seguir um caminho de “capitalismo puro”.¹⁵

Apesar dessas limitações, Yamada forneceu uma explicação mais convincente para o sucesso do capitalismo japonês do que as visões weberianas que simplesmente invocavam a “tradição cultural”.

O Desafio da Teoria da Dependência

No primeiro capítulo de *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, Qiu Shijie retrata vividamente cenas de Liu Shinkei pesquisando e escrevendo sua tese de doutorado em meio ao turbilhão dos protestos de 1968 na Universidade de Tóquio.¹⁶ Foi nessa época que jovens estudantes atacaram a facção das lições e o pensamento modernista como produtos do elitismo autoritário. Esses estudantes se opunham ao argumento de que o Japão moderno era atrasado e à conclusão política correspondente de que uma “revolução democrática” era necessária; em vez disso, defendiam uma “revolução mundial proletária”.¹⁷

Nesse contexto social, o livro *World Capitalism: Its Historical Development and Marxian Economics* [Capitalismo mundial: seu desenvolvimento histórico e economia marxiana] (1964), do economista Hiroshi Iwata, da Escola de Uno, ganhou popularidade. Iwata se opôs à análise comparativa baseada no estabelecimento do capitalismo em cada país e construiu uma teoria consistente e unificada dos ciclos econômicos do capitalismo mundial, partindo da formação do imperialismo de livre comércio britânico em meados do século XIX.¹⁸ Iwata apresentou uma teoria na qual diferentes partes do capitalismo mundial estavam inter-relacionadas. Isso entrava em contradição com Yamada, que via o desenvolvimento como diferentes estágios em um único modelo linear. Embora Liu também tenha sido influenciado pela teoria da dependência no início da década de 1980, ele acabou não adotando nem a teoria da dependência nem

¹⁵ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, (Qiu 2022: 133.).

¹⁶ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 60–66.

¹⁷ Eiji Oguma, “*Minshu*” e “*aikoku*”: *senjo Nihon no nashonarizumu to kōkyōsei* [“Democracia” e “Patriotismo”: Nacionalismo e Esfera Pública no Japão Pós-guerra] Shinyōsha, 2022, 569–572.

¹⁸ Mitsunobu Sugiyama, “*Nihon shakai kagaku no sekai ninsbiki*” [“A concepção de mundo das ciências sociais japonesas”]. Em *Nihon shakai kagaku no shiso* [“A sociedade civil” do Japão pós-guerra] Misuzu Shobō, 2001, 48–54.

a teoria do sistema-mundo para explicar a economia de Taiwan no pós-guerra. Em vez disso, ele manteve a perspectiva endógena do nacionalismo econômico e a teoria do capital mercantil.

Para ser justo, a facção das lições e a Escola Otsuka de História Econômica, que ela influenciou, não estavam obstinadamente ligadas a uma teoria unívoca do “capitalismo em um único país”. Já no período da guerra, o economista Yoshihiko Uchida, profundamente influenciado por Yamada, explorou temas que ecoavam a teoria da dependência em sua pesquisa sobre a chamada “Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental”.¹⁹ A partir da década de 1950, Yamada passou a considerar que o capitalismo do pós-guerra havia formado uma “circulação econômica mundial” estruturada de acordo com os estágios de desenvolvimento de vários países capitalistas, com a economia japonesa incorporada ao processo de reprodução liderado pelos EUA.²⁰ Na década de 1960, Hisao Otsuka começou a contestar a teoria da modernização defendida por acadêmicos estadunidenses como W.W. Rostow. Otsuka foi pioneiro no estudo do desenvolvimento industrial em países capitalistas de desenvolvimento tardio e desenvolveu sua teoria das “duas vias”, argumentando que o processo de industrialização dos países de desenvolvimento tardio envolvia necessariamente “antagonismo e dependência” em relação aos países avançados, formando assim vários tipos de desenvolvimento capitalista dentro do movimento mundial do capital e criando “a existência simultânea de desenvolvimento desigual”.²¹

Relevância contemporânea de Liu Shinkei

A trajetória intelectual de Liu Shinkei — sua recusa em seguir a corrente da teoria da dependência e da teoria do sistema-mundo, e seu retorno da teoria da dependência para as teorias do desenvolvimento endógeno — merece profunda consideração. Como argumenta Qiu Shijie, o pensamento de Liu defendeu consistentemente padrões de valores no estilo Weber-Otsuka: ele acreditava piamente que uma separação moderna entre as esferas pública e privada e uma economia nacional autônoma e endógena eram dignas de serem buscadas.²² Essa busca por uma modernidade e um capitalismo idealizados baseava-se em valores que lhe permitiam resistir à modernidade e ao capitalismo realmente

¹⁹ Sugiyama, *Nihon shakai kagaku no sekai ninshiki* [A concepção de mundo das ciências sociais japonesas], 25–27.

²⁰ Sugiyama, *A concepção de mundo das ciências sociais japonesas*, 14–15.

²¹ Sugiyama, *A concepção de mundo das ciências sociais japonesas*, 34–36.

²² Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 309.

existentes no Japão. Seguir a teoria da dependência e a teoria do sistema-mundo o levaria inevitavelmente a centrar-se no surgimento do mercado mundial, relativizando o surgimento do modo de produção capitalista e até mesmo “abandonando completamente o conceito sem saída do ‘capitalismo’”.²³

Dentro da economia marxista, há um longo debate sobre a transição para o capitalismo entre aqueles que se focam no modo de produção e aqueles que se focam nos desenvolvimentos na esfera da circulação. Nos importantes debates entre os marxistas japoneses, “Otsuka considerava que Uno tentava retratar o capital mercantil como o antepassado do capitalismo industrial moderno [...] Uno, por sua vez, considerava que a visão de Otsuka da indústria rural como antepassada do capital industrial era um raciocínio excessivamente simplista”.²⁴ Como o capitalismo weberiano-otsukiano constituía um certo ideal no qual Liu acreditava, era natural que ele acabasse optando por aderir à perspectiva do desenvolvimento endógeno na compreensão da economia taiwanesa.

As reflexões de Liu Shinkei no final de sua carreira foram acompanhadas por sua experiência de viajar constantemente entre os dois lados do Estreito de Taiwan a partir do Japão, talvez suas proposições sobre o nacionalismo econômico e o capital mercantil se baseassem não apenas em suas observações contemporâneas da economia de Taiwan, mas também no vigoroso processo de Reforma e Abertura na China continental. A partir de meados da década de 1980, os intelectuais da China continental debateram intensamente o caminho da China para a modernização e a relação entre a cultura tradicional e a modernização. É possível que Liu Shinkei tivesse uma visão de desenvolvimento coordenado em ambos os lados do Estreito de Taiwan, baseada no nacionalismo econômico e no papel do capital chinês no exterior, que poderia, em última instância, superar os fatores negativos do capital burocrático-comprador e avançar rumo à reunificação nacional e à industrialização abrangente.

O pensamento econômico de Liu contribui para esclarecer a compreensão da economia contemporânea de Taiwan e para inspirar as questões atuais de desenvolvimento econômico na China continental. As reformas econômicas desde a década de 1990 promoveram o funcionamento dos princípios de mer-

²³ Andre Gunder Frank, *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*, Sichuan People's Publishing House, 2017, 338.

²⁴ Qiu, *Liu Shinkei: Uma Biografia Intelectual*, 139.

cado e trouxeram vitalidade econômica. No entanto, o investimento e o desenvolvimento liderados pelo Estado também contribuíram enormemente para a co-produção do milagre econômico da China. Desde a crise financeira global de 2008, o superaquecimento de uma economia orientada para a exportação, dependente de indústrias de mão de obra intensiva e do investimento interno, trouxe novos problemas de desenvolvimento insuficiente e desequilibrado. O desenrolar da guerra comercial dos EUA contra a China fez com que o povo chinês se conscientizasse da importância da inovação autônoma e do domínio das tecnologias essenciais.

Como superar a natureza especulativa da busca do lucro pelo capital? Como desenvolver as forças produtivas a um nível mais elevado, equilibrando a busca do lucro com o bem público? Em última análise, como fazer a história avançar? Essas questões modernistas são justamente aquelas que Liu Shinkei buscou responder e que permanecem relevantes até hoje.



Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

WENHUA ZONGHENG (文化纵横) é uma revista proeminente de pensamento político e cultural contemporâneo na China. Criada em 2008, a revista publica edições bimestrais com artigos de um espectro amplo de intelectuais de todo o país, construindo uma plataforma para discussão de diferentes perspectivas ideológicas e valores na comunidade intelectual da China. A publicação é uma referência importante para os debates e desenvolvimento do pensamento chinês, em temas que vão desde a história antiga e a cultura tradicional da China até as atuais inovações e práticas socialistas, das importantes tendências culturais na vida social contemporânea às visões e análises chinesas sobre o mundo atual. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o Global South Academic Forum fizeram uma parceria com a Wenhua Zongheng para publicar uma edição internacional da revista, lançando duas edições por ano com uma seleção de artigos particularmente relevantes para o Sul Global.

Em chinês, a palavra 'Wenhua' (文化) significa tanto cultura como civilização, enquanto 'Zongheng' (纵横) significa literalmente 'verticais e horizontais', mas também alude aos estrategistas que, com diplomacia e alianças, contribuíram para a primeira unificação da China, há aproximadamente 2 mil anos. É impossível traduzir o título da revista ao português mantendo seu sentido e significado históricos. Por isso, decidimos manter a escrita do título em pinyin, como forma de lembrar aos nossos leitores e leitoras que a China possui uma história e cultura complexas, que são difíceis de navegar e traduzir, e que nosso projeto tenta construir pontes para esse entendimento.

文化纵横

tricontinental

